



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025  
ID CIDADES: 2026.068E0700001.01.0013

UNIDADE REQUISITANTE:  
SECRETARIAS MUNICIPAIS

**ATENÇÃO: RECOMENDA-SE A LEITURA MINUCIOSA DO**  
**EDITAL.**

**As descrições dos itens constantes no sistema Compras.gov.br**  
**podem divergir das especificações presentes no Edital. Para fins**  
**de elaboração da proposta, devem prevalecer as disposições**  
**editais.**

PROCESSO LICITATÓRIO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME E EPP, ENQUADRADAS CONFORME PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

**PREÂMBULO**

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.865/0001-71, **UASG 980764**, por meio do Setor de Licitações, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob a forma ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **ABERTO**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025, objetivando a formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de **MATERIAIS ESPORTIVOS**, para o período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência (Anexo I), a qual deverá ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no que couber da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, Decretos Municipais nº 6.873/2023, 6.872/2023, 6.875/2023 e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

**O edital completo e seus anexos encontram-se disponível:**

- a) Gratuitamente na internet no site [www.saoroquedocanaa.es.gov.br](http://www.saoroquedocanaa.es.gov.br), bem como no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).  
b) Para consulta gratuita na sala de licitações na Sede da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã-ES, sito à Rua Lourenço Roldi, 88 – Bairro São Roquinho - São Roque do Canaã-ES - CEP 29.665-000, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 7h30min às 16h30min, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**Data da sessão:** 18 de junho de 2026.

**Horário:** 08h30min.

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

constantes neste edital.

## 1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a obtenção de proposta mais vantajosa visando estabelecer as condições e diretrizes que disciplinarão a **formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS, para o período de 12 (doze) meses, em atendimento às necessidades das Secretarias Municipais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por **ITEM**, devendo o licitante oferecer proposta para os mesmos.

## 2. DO VALOR MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo aceitável para a presente aquisição é proveniente dos valores unitários e totais apurados na pesquisa de mercado, resultante de um levantamento de preços realizado pelo Setor de Compras, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QNT	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL (R\$)
1	<b>BOLA DE FUTEBOL 7 ADULTO</b> bola oficial de futebol 7 adulto masculino, confeccionada em pu laminado pró, com tecnologia termotec (ou similar), sistema de forro termofixo, 14 gomos (variação $\pm 2$ gomos) termossolados e dupla colagem entre os gomos; câmara 6d (ou similar – de borracha butílica com estrutura em anéis), miolo capsula sis (ou similar). diâmetro: 66-69 cm; peso: 425-450 g.	UN	50	R\$ 372,15	R\$ 18.607,50
2	<b>BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO</b> confeccionada tecnologia termotec, peso 420-445 gr, 14 gomos, circunferência 68,5 a 69,50 cm, câmara 6d, sistema de forro termo fixo, câmara interna neotec, miolo substituível sis	UN	55	R\$ 245,00	R\$ 13.475,00
3	<b>BOLA OFICIAL DE FUTSAL</b> bola oficial de futsal adulto confeccionada em pu, construção em materiais que garantem 0% (zero por cento) de absorção de água(impermeável). com 14 gomos [variação $\pm 2$ gomos], circunferência 62-64cm, peso 400-440g com miolo lubrificado e substituível. câmara confeccionada em borracha butílica e estruturada em anéis.	UN	115	R\$ 252,55	R\$ 29.043,25
4	<b>BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL</b> produzida em sistema de microfibras com tecnologia double diple minimiza a resistência do ar e maximiza a precisão da bola, dando um maior controle ao jogador. sua tecnologia nano ballonsilica previne a superfície da bola de se tornar escorregadia devido ao suor e sua superfície super composite cover propicia um maior grip	UN	35	R\$ 318,00	R\$ 11.130,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	e uma maior sensação de aderência. 18 painéis aerodinâmicos   painel microfibra tamanho 5 - oficial circunferência: 65-67cm peso: 260~280 g laminada com uma tecnologia diferenciada para melhor deslize e com tratamento antibactericida - competição - com selo da fivb e cbv -				
5	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL DE CAMPO</b> modelo europeu/caixote, confeccionado em fio de polietileno virgem de alta densidade com tratamento anti-uv, fio de 8 mm de espessura, trançado, entre nós de 15 x 15 cm quadriculados, medindo 7,50 m (largura) - 2,50 m (altura) - 2,00 m (lateral), cor branca, reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.	UN	4	R\$ 945,00	R\$ 3.780,00
6	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL SOCIETY</b> modelo europeu/caixote, produto confeccionado em polietileno na cor branca com tratamento anti-uv - fio de 8 mm de espessura, trançado, entre nós de 14 x 14 cm quadriculadas, medindo 6,20 m (largura) - 2,30m (altura) - 1,50 m (lateral) - 0,40 m (superior), cor branca, reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.	UN	12	R\$ 749,00	R\$ 8.988,00
7	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL DE SALAO</b> modelo europeu/caixote, confeccionada em polietileno na cor branca com tratamento anti-uv, fio de 8mm de espessura, entre nós de 12 x 12 cm quadriculados, medindo 3,00 m (largura) - 2,10m (altura) - 1,20 m (lateral) - 0,50 m (superior), reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.	UN	17	R\$ 447,60	R\$ 7.609,20
8	<b>REDE OFICIAL PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL</b> confeccionadas em fio polietileno trançado com espessura de 2mm pp malha 10x10 cm. 02 lonas pvc sendo a lona superior com 0,7 m e a inferior com 0,06m ambas com protetor de pvc nas extremidades, reforçadas com sistema de cordas 6mm pp em suas laterais, acompanha cordas laterais c/ argolas e cabo de aço 13m galvanizado para instalação.	UN	11	R\$ 249,99	R\$ 2.749,89
9	<b>APITO PROFISSIONAL</b> material plástico, tipo 40, sem esfera, som nitido, para uso na arbitragem de varias modalidades esportivas.	UN	16	R\$ 42,00	R\$ 672,00
10	<b>CORDAO PARA APITO COM MOSQUETAO</b> cordão para apito com mosquetão; confeccionado com fio 100% poliéster.	UN	6	R\$ 22,57	R\$ 135,42
11	<b>TROFEU COM ALTURA DE 130 CM</b> base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta,	UN	4	R\$ 796,00	R\$ 3.184,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	um estágio com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelho. uma estatueta de honra ao mérito ( deusa da vitória ) fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral e uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.				
12	<b>TROFEU COM ALTURA DE 118</b> base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelho. uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral. estatueta intercambiável.	UN	4	R\$ 649,90	R\$ 2.599,60
13	<b>TROFEU COM 92 CM DE ALTURA</b> com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.	UN	4	R\$ 420,00	R\$ 1.680,00
14	<b>TROFEU COM 75 CM DE ALTURA</b> com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.	UN	14	R\$ 316,90	R\$ 4.436,60
15	<b>TROFEU GOLEIRO MENOS VAZADO COM 34 CM DE ALTURA</b> com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. na parte superior	UN	17	R\$ 140,00	R\$ 2.380,00

**PMSRC**

Proc.: 004413/2025

Fls.:

Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada				
16	<b>TROFEU ARTILHEIRO COM 39 CM DE ALTURA</b> com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de jogador de futebol metalizada na cor dourada	UN	17	R\$ 150,00	R\$ 2.550,00
17	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DOURADA</b> medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor dourada, com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de "honra ao mérito", que também permite a colocação de adesivo de 25mm. também conta com um centro de 35mm na parte posterior. possui espessura máxima de 2,9mm. peso aproximado de 24 gramas. suporte para fita de 25 mm de largura, fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura. adesivo com a logomarca da prefeitura de são roque do canaã e do evento.	UN	750	R\$ 6,59	R\$ 4.942,50
18	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA PRATA</b> medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor prata, com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de "honra ao mérito", que também permite a colocação de adesivo de 25mm. também conta com um centro de 35mm na parte posterior. possui espessura máxima de 2,9mm. peso aproximado de 24 gramas. suporte para fita de 25 mm de largura, fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura. adesivo com a logomarca da prefeitura de são roque do canaã e do evento.	UN	450	R\$ 6,59	R\$ 2.965,50
19	<b>BOMBA ELETRICA DE AR PARA INFLAR BOLAS</b> bomba de ar elétrica de encher bolas, com calibrador, possuindo visor informando a pressão, contendo, pelo menos, um bico e 1 agulha. a bomba deve ter potência mínima para inflar bolas de 20psi. a bomba elétrica deve ser portátil (à bateria), deve vir com cabo de energia e carregamento compatível com tomadas residenciais	UN	15	R\$ 235,52	R\$ 3.532,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	(tomadas normais)				
20	<b>BARALHO PARA JOGO DE CARTAS</b> baralho fabricado com excelência de qualidade; não transparente; atóxico e reciclável; cartão couché exclusivo com deslize aveludado de agradável manuseio; bridge size 57x89 mm; 12 caixinhas contendo 55 cartas em cada (52 cartas + 2 curingas + carta garantia); caixa com 12 unidades (6 un. azul e 6 un. vermelha).	UN	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00
21	<b>CRONOMETRO DIGITAL</b> progressivo com função "split", exibe as parciais do tempo; função relógio com alarme diário, calendário com dias da semana, com memória e alimentação com bateria ir 44, dimensões: 70 x 23x 60 mm.	UN	11	R\$ 132,74	R\$ 1.460,14
22	<b>CALIBRADOR DIGITAL</b> para bolas de várias modalidades esportivas, emborrachado na cor preta, contendo duas agulhas.	UN	4	R\$ 123,71	R\$ 494,84
23	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL DE CAMPO PARA JOGADOR</b> com 22 camisas, 22 calções e 22 pares de meioes, sendo: camisa personalizada, tecido jaquard microperfurado criando relevo 3d interlock de transparência, composto por 96% poliéster, 4% elastano, gramatura 160 g/m², tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliéster, interno anti suor, parte de tras em retílinea. personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retílinea. etiqueta interna termocolante toque zero anti-alérgico, selo de legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elástico duplo interno com fio embutido ajustável, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meiao jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliéster, 2% elastano e 1% nylon, elásticos nos tornozelos e joelho. meia cano médio. personalização conforme layout.	UN	2	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00
24	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL DE SALAO PARA JOGADOR</b> com 12 camisas, 12 calções e 12 pares de meioes, sendo: camisa	UN	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	personalizada, tecido jaquard microperfurado criando relevo 3d interlook de transparência, composto por 96% poliéster, 4% elastano, gramatura 160 g/m², tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliéster, interno anti suor, parte de tras em retílinea. personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retílinea. etiqueta interna termocolante toque zero anti-alérgico, selo de legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elástico duplo interno com fio embutido ajustável, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meião jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliéster, 2% elastano e 1% nylon, elásticos nos tornozelos e joelho. meia cano médio. personalização conforme layout.				
25	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL SOCIETY PARA JOGADOR</b> com 14 camisas, 14 calções e 14 pares de meioes, sendo: camisa personalizada, tecido jaquard microperfurado criando relevo 3d interlook de transparência, composto por 96% poliéster, 4% elastano, gramatura 160 g/m², tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliéster, interno anti suor, parte de tras em retílinea. personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retílinea. etiqueta interna termocolante toque zero anti-alérgico, selo de legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elástico duplo interno com fio embutido ajustável, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meião jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliéster, 2% elastano e 1% nylon, elásticos nos tornozelos e joelho. meia cano médio.	UN	2	R\$ 1.208,60	R\$ 2.417,20



**PMSRC**

Proc.: 004413/2025

Fls.:

Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	personalização conforme layout.				
26	<b>REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA 3M</b> fio 3mm / malha 12 x12 cm em polietileno (nylon branco), tipo colméia. lateral da quadra: 3m de altura x 30,0 m de largura, no total de 180 m2	UN	2	R\$ 1.192,00	R\$ 2.384,00
27	<b>REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA 5M</b> fio 3mm / malha 12x 12cm em polietileno (nylon branco), tipo colméia fundo da quadra: 5m de altura x 24m de largura no total de 240m2	UN	2	R\$ 3.096,00	R\$ 6.192,00
28	<b>CESTA PORTA SQUEEZE PARA HIDRATAÇÃO DE FUTEBOL</b> contendo 6 squeezes capacidade 800 ml.	UN	4	R\$ 89,50	R\$ 358,00
29	<b>BOLSA PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO</b> bolsa para transporte de material esportivo, confeccionado em nylon, alças em nylon trançado, fechamento com zíper na parte superior, tam g, dimensões aproximadas 95x60x20	UN	2	R\$ 161,18	R\$ 322,36
30	<b>SACO REDE PARA TRANSPORTE DE BOLAS</b> produzido em 67% polietileno e 33% polipropileno, fio de 2mm malha 10x10, com capacidade de transportar até 20 bolas.	UN	2	R\$ 50,00	R\$ 100,00
31	<b>JOGO DE COLETES COM 22 UNIDADES</b> em tecido 100% poliéster, com numeração de 1 a 22, tamanho único (aproximadamente 42x67 cm / lxa), com elástico nas laterais para adaptar ao tamanho, na cor amarela.	UN	2	R\$ 373,78	R\$ 747,56
32	<b>JOGO DE COLETES COM 22 UNIDADES VERDE</b> em tecido 100% poliéster, com numeração de 1 a 22, tamanho único (aproximadamente 42x67 cm / lxa), com elástico nas laterais para adaptar ao tamanho, na cor verde.	UN	2	R\$ 373,01	R\$ 746,02
33	<b>BICO E AGULHA</b> bico para bomba de ar para inflar bola de várias modalidades esportivas e agulha de metal, rosqueável, tamanho grande	UN	20	R\$ 14,00	R\$ 280,00
34	<b>TRENA</b> trena de aço, 100 metros, com empunhadura e carretilha.	UN	11	R\$ 83,00	R\$ 913,00
35	<b>BOLSA DE MASSAGEM TERMICA</b> <b>BOLSA DE MASSAGEM</b> com revestimento térmico com medidas aproximadas de 35 x 25 x20 (cxaxl) confeccionada em nylon com alça de mãos, 02 bolsos laterais externos, contendo 02 bisnagas para fluidos, 01 balde de isopor e 02 squeezes	UN	2	R\$ 169,50	R\$ 339,00
36	<b>FAIXA BRAÇADEIRA DE CAPITAO</b> dupla face confeccionada em neoprene (100% poliamida)revestido na parte interna e externa com poliamida, dupla face, ajustado com velcro. medidas aproximadas 27 cm x 8 cm (lxa).	UN	10	R\$ 13,98	R\$139,80





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

37	<b>REDE DE VOLEI AREIA</b> fio 3,00mm de polietileno torcido 100% virgem de alta densidade com tratamento uv, , com 4 faixas ,sendo faixa superior em pvc color com 07cm e a inferior e laterais com no mínimo 05 cm em lonas com costura dupla e a logo da pmi, com tratamento uv, revestimento interno passante, malhas 10x10 cm., tamanho oficial 1,00 x 8,50 metros.com cabo de aço 15 mts galvanizado	UN	2	R\$ 285,00	R\$ 570,00
38	<b>BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL</b> cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	UN	3	R\$ 189,90	R\$ 569,70
39	<b>BANDEIRA OFICIAL DO ESPIRITO SANTO</b> cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	UN	3	R\$ 189,90	R\$ 569,70
40	<b>BANDEIRA OFICIAL DE SAO ROQUE DO CANAA</b> cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	UN	3	R\$ 189,90	R\$ 569,70
41	<b>TROFEU 107 CM</b> troféu 107cm, base preta em polimero, 4 tubos de cor dourado com anel azul, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN	5	R\$ 234,00	R\$ 1.170,00
42	<b>TROFEU 65 CM</b> troféu 65cm de altura, base preta, com tubo preto ou dourado, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN	10	R\$ 220,93	R\$ 2.209,30
43	<b>TROFEU 59 CM</b> troféu 59cm de altura, base preta, com tubo preto ou dourado, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN	10	R\$ 130,00	R\$ 1.300,00
44	<b>MEDALHA REDONDA 70MM NA COR DOURADA</b> medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com resina, na cor dourada de 70mm de diâmetro, com gravação digital da logo da prefeitura na parte da frente e gravação digital do evento na parte de trás, com fita de cetim na cor azulou preta.	UN	400	R\$ 6,35	R\$ 2.540,00
45	<b>MEDALHA REDONDA 70MM NA COR PRATA</b>	UN	400	R\$ 6,35	R\$ 2.540,00



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com resina, na cor prata de 70mm de diâmetro, com gravação digital da logo da prefeitura na parte da frente e gravação digital do evento na parte de trás, com fita de cetim na cor azulou preta.				
46	<b>BOLA OFICIAL DE BASQUETE</b> 8 gomos sem costura aprovada pela fiba; camara airbilty; matrizada; acabamento microfibras; miolo slip system removível e lubrificado. diâmetro: 72/74 cm; peso: 560/580 g. anexar o certificado de oficialização da confederação brasileira de basquete (cbb) e da federação internacional de basquete (fiba).	UN	5	R\$ 307,65	R\$ 1.538,25
47	<b>BOLA OFICIAL DE HANDEBOL</b> tamanho feminino, costurada, com 32 gomos, confeccionada em pu; câmara airbilty; costurada; acabamento pu ultra grip; miolo slip system removível e lubrificado. diâmetro: 54 / 56 cm; peso: 325 / 400g. anexar o certificado de oficialização da confederação brasileira de handebol (cbhb) e da federação internacional de handebol (ihf).	UN	15	R\$ 187,00	R\$ 2.805,00
48	<b>BOLA OFICIAL DE HANDEBOL MASCULINO</b> tamanho masculino, costurada, com 32 gomos, confeccionada em pu ultra grip; câmara airbilty; costurada; miolo slip system removível e lubrificado. diâmetro: 58/60 cm; peso: 425/475 g. anexar o certificado de oficialização da confederação brasileira de handebol (cbhb) e da federação internacional de handebol (ihf).	UN	15	R\$ 203,90	R\$ 3.058,50
49	<b>CORDA DE PULAR</b> esportiva para atletismo, confeccionado e m seda com 10mm diâmetro e 2,20 mt de comprimento com cabos de madeira em suas extremidades.	UN	20	R\$ 35,00	R\$ 700,00
50	<b>COLCHONETE ESPORTIVO</b> com espuma densidade mínima 80, dupla costura para uma maior resistência na cor preta ou azul. medidas mínimas: 1.20cm x 60cm x 4cm (comprimento x largura x diâmetro).	UN	50	R\$ 29,00	R\$ 1.450,00
51	<b>ARCO</b> confeccionado em polietileno rígido com 65 cm de diâmetro.	UN	150	R\$ 7,40	R\$ 1.110,00
52	<b>ARCO DE AGILIDADE/GINÁSTICA (MINI BAMBOLE)</b> plástico pvc resistente, leve e colorido. pequeno diâmetro (aprox. 40-45 cm), ideal para manuseio por crianças menores.	UN	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
53	<b>ESCALA DE AGILIDADE</b> para treino funcional, medidas: largura 45cm, comprimento total 5m. fita: 30mm na cor preta (laterais) e 25mm fita amarela (degraus).	UN	10	R\$ 77,00	R\$ 770,00



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	obs: acabamento com ilhós nas pontas para fixação, escada com 10 degraus				
54	<b>PETECA OFICIAL DE BADMINTON</b> confeccionada e m nylon, com base de cortiça. unidade de fornecimento: tubo com 6 (seis) unidades, com dimensões de 7,0 x 7,0 x 25,0 cm (altura, largura, profundidade).	UN	20	R\$ 56,09	R\$ 1.121,80
55	<b>CONES/PRATO DEMARCATORIO</b> em plástico flexível "tipo tartaruga", utilizado em treinamentos de ganho de velocidade, agilidade e coordenação motora. altura 4 cm diâmetro da base 19 cm.	UN	40	R\$ 6,20	R\$ 248,00
56	<b>CONE CONFECCIONADO EM POLIETILENO</b> com base de sustentação quadrada, com aproximadamente 30 a 40 cm de largura. altura do cone de 50cm. possui fendas para inserção de fita zebra e adaptável à placa pronta.	UN	30	R\$ 21,90	R\$ 657,00
57	<b>CONES DE PLASTICO</b> cone sinalizador tam. pequeno, confeccionado em pvc flexível, medindo 30cm de altura e base quadrada para treinamento	UN	40	R\$ 15,99	R\$ 639,60
58	<b>TATAME EMBORRACHADO (EVA) 100X100 CMX40MM</b> eva (etil vinil acetato) atóxico, inodoro e com proteção antifungo/antibacteriana. sistema de encaixe universal (tipo quebra-cabeça) de fácil montagem.	UN	30	R\$ 49,94	R\$ 1.498,20
59	<b>TATAME EMBORRACHADO (EVA) 100X100 CMX20MM</b> eva (etil vinil acetato) atóxico, inodoro e com proteção antifungo/antibacteriana. sistema de encaixe universal (tipo quebra-cabeça) de fácil montagem.	UN	70	R\$ 55,70	R\$ 3.899,00
<b>VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL PERFAZ A IMPORTÂNCIA DE:</b>					<b>R\$ 180.116,93</b>

2.2. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão à conta da respectiva dotação orçamentária constante do item 11, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar deste pregão pessoas jurídicas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível e especializadas com o objeto licitado, que atenderem todas as especificações e exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais vigentes, independentes de transcrição, e ainda, que estejam com Credenciamento Regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**3.1.1. A presente licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MEI, ME E EPP, ENQUADRADAS CONFORME PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.**

3.1.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas, além de dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.2. As empresas em regime de **consórcio** poderão participar da licitação, desde que atendidas as determinações contidas no artigo 15, da Lei Federal nº 14.133/21, não sendo permitida a participação de empresa Licitante consorciada, no procedimento licitatório, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.3. A condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 em que deverá ser comprovado mediante apresentação de **DECLARAÇÃO** e da documentação exigida neste edital, ratificando não haver nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º, da referida Lei. A não entrega da documentação indicará que a empresa licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na supracitada Lei.

3.3.1. Declaração falsa prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 dezembro de 2006, caracterizará o crime que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e sanções previstas neste edital.

3.3.2. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

- a) Sob regime de concordata ou falência ou sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária e/ou declaradas inidôneas pela Administração Pública Estadual, Federal, Municipal ou do Distrito Federal, direta e indireta;
- c) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- d) Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra empresa que esteja participando desta licitação; e
- e) Que não tenha sede no País;
- f) Que não se enquadrem como Microempreendedor Individual – MEI, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ou equiparada.

3.5. De igual forma, não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.5.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.3. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. A Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3.9. As empresas proponentes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e documentos de habilitação.

#### 4. DOS ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/ABERTURA DA LICITAÇÃO

4.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital e/ou impugná-lo por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 perante o Município, a empresa proponente que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

4.2. Os esclarecimentos e/ou impugnações poderão ser realizados via petição dirigida ao Agente de Contratação, seja por forma eletrônica, através da plataforma do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2.1. A petição de impugnação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia de CPF ou RG, em se tratando de Pessoa Física ou CNPJ, e se tratando de Pessoa Jurídica, **devendo informar o e-mail e o telefone para contato**;
- b) Procuração por instrumento público ou particular (quando for o caso);
- c) Ato de criação (Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor), em se tratando de Pessoa Jurídica.

4.3. Caberá à Pregoeira e sua equipe de apoio, bem como responsáveis pela elaboração do **Termo de Referência** decidir sobre a impugnação ou prestar esclarecimentos, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.5. Os esclarecimentos e/ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

4.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida que pode ser adotada pela Pregoeira, conforme o caso, e será justificada nos autos do processo licitatório.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.7. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sítio oficial do Município e Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e vincularão os participantes e a Administração Municipal.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações/esclarecimentos interpostos após os respectivos prazos legais.

4.10. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte das empresas interessadas, das condições nele estabelecidas.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação no momento da habilitação.

## 6. INFORMAÇÕES

6.1. As informações administrativas relativas à presente licitação poderão ser obtidas junto à Pregoeira, na Sala de licitações, localizada no segundo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã ES, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 16h30min, até o terceiro dia imediatamente anterior àquele marcado para a abertura do certame, ou ainda através do e-mail: [licitacao@saoroquedocanaa.es.gov.br](mailto:licitacao@saoroquedocanaa.es.gov.br).

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

7.2.1. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha de responsabilidade do representante legal da empresa proponente.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2.1. A falsidade da declaração de enquadramento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, e neste Edital.

**7.4. Além de assinalar em campo próprio do sistema, as declarações que estão elencadas no item 7.3, 7.3.1 e 7.3.2 deste edital, devem ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação a serem inseridos em campo próprio do sistema, conforme ANEXO III.**

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

7.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

acesso.

7.9. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor, conforme o caso, e em moeda corrente nacional;
- b) marca, conforme o caso;
- c) quantidade cotada, que não poderá ser inferior ao máximo previsto para a contratação.

8.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.1.2. As empresas participantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital e seus anexos, ao participarem desta licitação pública.

8.1.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.1.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.1.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**8.4. EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A(S) ESPECIFICAÇÃO(ÕES) DO OBJETO DESCRITAS NO “SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (WWW.GOV.BR/COMPRAS)” E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PREVALECERÃO AS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.**

8.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no **Termo de Referência**.

**9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor UNITÁRIO do ITEM.

9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).**

**9.12. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “Aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.**

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.12.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

9.12.3.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

apresentar lances intermediários.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

9.13.3.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

9.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.**

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/21, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

e) Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

convocados.

9.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**9.21. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável SOMENTE por igual período, envie documentação relativa à proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

**9.21.1. O licitante classificado e convocado na forma do item 9.21 deverá apresentar:**

a. **Proposta Comercial**, que deverá ser elaborada em 1 (uma) via, em papel timbrado da empresa ou carimbada, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelos procuradores, juntando-se a procuração, nos moldes do **ANEXO II**.

a.1. Deverá ser indicado o preço global ofertado expresso em Real, com apenas duas casas decimais após a vírgula, compreendendo todas as despesas necessárias à execução.

a.2. Indicação do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

a.3. Indicação da pessoa com poderes para assinatura do futuro contrato administrativo ou instrumento substitutivo a ser formalizado com o Município.

a.4. As proponentes deverão apresentar **Prospecto Técnico e/ou Catálogo** referentes aos itens BOLAS contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas, juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de desclassificação. A avaliação dos prospectos e/ou catálogo, tem por finalidade verificar a conformidade da especificação técnica dos itens prevista neste Termo.

9.21.2. É facultado à Pregoeira, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22. A critério da Pregoeira, a sessão poderá ser suspensa, informando-se no “chat” a data e horário para a sua continuidade.

9.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9.24. DA FASE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.24.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, bem como se o licitante



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.24.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.24.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.24.1.2.1. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.24.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.24.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.24.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.24.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

a) conter vícios insanáveis;

b) não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.24.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.24.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.24.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.24.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da aquisição ou da área especializada no objeto.

9.24.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.24.8. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

não aceitação da proposta.

9.24.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.24.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.24.11. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.24.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO**

10.1. O julgamento da habilitação das licitantes se processará na forma prevista no presente item, com fundamento no art. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência, mediante o exame dos documentos a seguir apresentados:

### **10.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou,
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores; ou,
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou,
- d) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- f) Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI;
- g) Cédula de identidade do titular ou sócio(s) ou administrador(es).
- h) No caso de consórcio, devem ser atendidas todas as normas/documentos exigidos no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentando-se na fase de habilitação a documentação pertinente, no que couber.
- i) O Licitante organizado sob a forma de cooperativa poderá participar de licitação quando demonstrados o cumprimento dos requisitos exigidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de inabilitação.

**10.1.1.1.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **10.1.2. REGULARIDADE FISCAL**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que indique a situação regular e ativa da pessoa jurídica;
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a



PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor, ou documento equivalente;  
d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante;  
e) Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante;  
f) Prova de situação regular perante o Fundo de garantia por Tempo de Serviço FGTS (art. 27, alínea "a", lei 8.036/90) através de apresentação do CRF - Certificado de regularidade de situação junto ao FGTS.

**10.1.2.1.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.1.2.2.** As microempresas e empresas de pequeno deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, o qual será concedido o prazo legal para a devida regularização.

**10.1.3. REGULARIDADE TRABALHISTA**

a) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

**10.1.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.1.4.1. Para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, por se tratar de materiais, não caberá a comprovação dos requisitos dispostos no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como das demais legislações vigentes.

**10.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida via internet, dentro do prazo de validade informado no corpo da certidão que comprove regularidade perante a comarca da sede da licitante, ou, emitida há, no máximo, 30 (trinta) dias corridos da data de sua apresentação neste certame, quando o prazo de validade não estiver expresso no documento. A certidão retirada pela internet poderá ser exclusiva para a comarca da sede da licitante ou contemplar todas as comarcas, desde que esteja regular na comarca solicitada.

a.1) A empresa que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório/sentença homologatória do plano de recuperação judicial, ou, que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial.

a.1.1) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação de Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste instrumento.

b) Apresentação de cópia das folhas do LIVRO DIÁRIO relativo aos **02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis na forma da Lei, certificado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade competente e devidamente registrado no Órgão Competente, contendo, no mínimo e sem prejuízo dos demais documentos obrigatórios:

- I) Termo de Abertura;
- II) Termo de Encerramento;
- III) Balanço Patrimonial;
- IV) Demonstração de Resultado do Exercício.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

b.1) A Licitante obrigada a publicar suas peças contábeis deverá apresentar os documentos relacionados nas alienas "I" e "II" acima, bem como cópia da referida publicação onde conste o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.2) Para as empresas que possuem Escrituração Contábil Digital, deverão apresentar recibo de entrega dos arquivos digitais, bem como a impressão: do livro digital, do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado e dos Termos de Abertura e Encerramento do livro digital. Acrescidos de todos os documentos exigidos acima.

b.2.1) Para as empresas que não possuem Escrituração Contábil Digital, os documentos constantes acima, deverão conter o Termo de Autenticação expedido pela Junta Comercial.

b.3) As empresas constituídas no ano de 2026 deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, devidamente assinado pelo Dirigente/Sócio qualificado para tanto e Contador ou outro profissional equivalente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade Competente (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §1º).

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

b.5). A comprovação da aptidão econômica da empresa licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou iguais a um ( $\geq 1,0$ ), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

➤ Índice de Liquidez Geral:

$$ILG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ILG – Índice de Liquidez Geral

AC – Ativo Circulante

RLP – Realizável a Longo Prazo

PC – Passivo Circulante

PNC – Passivo não Circulante

➤ Índice de Solvência Geral:

$$ISG = \frac{AT}{(PC + PNC)}$$

Onde:

ISG – Índice de Solvência Geral

AT – Ativo Total

PC – Passivo Circulante

PNC – Passivo não Circulante

➤ Índice de Liquidez Corrente:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC – Índice de Liquidez Corrente

AC – Ativo Circulante

PC – Passivo Circulante



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

b.5.1) Sob pena de inabilitação, as fórmulas DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE APLICADAS em memorial e deverá estar assinado por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, juntamente termo declaratório firmado por tal profissional que ateste o atendimento dos referidos índices econômicos exigidos acima (conforme Anexo IV ou equivalente).

b.5.2) A Pregoeira e sua equipe de apoio se reservam o direito de conferir e corrigir os cálculos, podendo ainda, solicitar auxílio e análise de servidor qualificado que conste no quadro funcional do Município.

b.5.3) As licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,0 (um) para qualquer dos índices: Liquidez Geral (ILG), Solvência Geral (ISG) ou Liquidez Corrente (ILC), quando de sua habilitação, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo 5% (cinco por cento) do valor da contratação, na forma do artigo 69, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

b.6) Quando permitida a participação de consórcio de empresas, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b.6.1) Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

b.7) As empresas enquadradas como MEI – Microempreendedor Individual estão dispensadas da Elaboração das Demonstrações Contábeis, tornando-as isentas da apresentação dos documentos acima, devendo apresentar o CCMI – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

**10.1.6. Apresentar Declaração conjunta, na forma estabelecida no ANEXO III deste edital.**

10.2. A habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor, na forma do artigo 63, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ser verificada pela Pregoeira por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

**10.5. Todos os documentos exigidos para habilitação (item 10.1 e seus subitens) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável SOMENTE por igual período, contado da solicitação da Pregoeira, exceto aqueles que estejam contemplados no Sicaf, que poderão ser verificadas na forma descrita nos itens acima.**

**10.6.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/21, para:

- I) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**10.7.** Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.8.** A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.9.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou, por cópia, sendo neste último caso considerada a cópia de documentos inseridos no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**.

**10.10.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo Município de São Roque do Canaã - ES, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e atenda ao disposto no Decreto Municipal nº 6.874/2023.

**10.10.1.** A Pregoeira poderá solicitar a qualquer momento, em caráter de diligência, que os documentos de habilitação remetidos sejam apresentados em original para a autenticação ou por cópia autenticada em cartório. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao setor de Licitação, situada na Rua Lourenço Roldi, nº 88, Bairro São Roquinho, São Roque do Canaã/ES, CEP: 29.665-000, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico, no prazo estabelecido pela Pregoeira.

**10.10.2.** Quando enviados por correspondência através dos CORREIOS, deverá ser via SEDEX, devendo o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

**10.11.** Não serão aceitas certidões positivas de débitos, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

**10.11.1.** Caso as certidões não tragam consignada a data de validade, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data de expedição, observando sempre o disposto no item 10.7.

**10.12.** A documentação exigida deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.G.C./C.N.P.J., e C.C.M.).

**10.13.** Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salientando-se que serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.14.** Os documentos exigidos para habilitação, constante o estabelecido neste Edital, não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

**10.15.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**10.16.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 42 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006)**

**11.1. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

11.1.1. Sendo a participante do certame Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal ou trabalhista deverá ser apresentada juntamente com toda a documentação necessária para habilitação mesmo que haja restrição conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.1.1. No caso da Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte, apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de licitante vencedora certame, para a **regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com vista à contratação.

11.1.1.1.1. O prazo que trata o subitem 11.1.1.1 é prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.1.1.2. A não-regularização da documentação pela ME ou EPP, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**11.2. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**11.2.1.** O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá, além de declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, **apresentar:**

**a)** Declaração de que cumpre os requisitos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 **(conforme anexo III);**

**b)** Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte previsto na LC 123/20206 e suas alterações, para fins do disposto no artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 **(conforme anexo III);**

**11.3. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE - PREFERÊNCIA**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.3.1. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de conformidade com os artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, de forma IMEDIATA, via sistema provedor, APÓS O TÉRMINO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO ATO DE HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação registrado, conforme registro no sistema eletrônico.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, contados a partir do registro, pela Pregoeira, da abertura de prazo para manifestação, no chat do sistema eletrônico.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da PMSRC, em seu Portal da Transparência – Licitações.

## **13. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 7 e na minuta da Ata de Registro de Preços (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

**14. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação, na forma do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. O compromisso decorrente do objeto do certame será firmado entre a Administração e o Fornecedor, por meio de Ata de Registro de Preços, observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

14.3. As condições para a formalização da Ata de Registro de preços serão as dispostas na Minuta da ARP, anexo V deste edital, observados, ainda, os termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e na IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025.

**14.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá ser assinada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação da mesma para esse fim e, preferencialmente, assinada por meio de assinatura digital.**

14.4.1. O Município poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 14.4, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário (observada a classificação na licitação) aceitar firmar o compromisso mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6. Em caso de participação de proponentes consorciados, a homologação pela Autoridade Competente fica condicionada à apresentação do instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas.

14.6.1. O Consórcio vencedor terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do esgotamento do prazo recursal do resultado final do certame (classificação das propostas comerciais), para apresentar o instrumento de constituição devidamente registrado.





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

14.6.2. O prazo de que trata o item 14.6.1 somente poderá ser prorrogado a critério único e exclusivo do Município, desde que o Consórcio vencedor apresente requerimento formal contendo justificativa plausível e acompanhada de documentos comprobatórios.

14.7. Àquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e, ainda, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou declaração de inidoneidade para de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, as sanções penais aplicáveis conforme legislação vigente, exceto no caso de convocação de licitantes remanescentes, na forma prevista no item 14.5 deste edital.

## **15. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS USUÁRIOS**

15.1. A presente licitação será efetuada através do Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata;

15.1.1. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

15.1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.2. Não será permitida a apresentação de preços diferentes para o objeto licitado, haja vista a simplicidade do mesmo e condições idênticas quanto ao local de entrega e outras especificações exigidas, assim como não haverá a possibilidade de o licitante ofertar quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

15.3. As condições para os usuários da Ata de Registro de Preços são as previstas no item 3.2 do Termo de Referência (Anexo I).

15.3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, que deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, o qual procederá com a anuência, conforme o caso.

15.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

15.4. As adesões oriundas da Ata serão regidas pelas condições impostas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025.

15.5. O prazo de vigência do Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15.5.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

15.5.2. Em caso de prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços, com a renovação das quantidades registradas, o saldo renovado poderá ser utilizado para novas adesões.

15.6. Possíveis alterações bem como o cancelamento da Ata de Registro de Preços obedecerão ao disposto na IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025 e as hipóteses expressamente previstas na Minuta da ARP anexa a este edital.

15.7. Fica expressamente vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

15.8. A Secretaria Municipal de Administração será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

#### **16. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

16.1. A contratação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e na IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025 e demais normas complementares, disposições deste Edital na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços e da proposta apresentada pela CONTRATADA.

16.2. A formalização da contratação dar-se-á por meio de emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso, não sendo firmado contrato administrativo, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bem de entrega imediata e de parcela única, quando necessário ao atendimento da secretaria requisitante.

16.2.1. Nessas hipóteses, o contrato será substituído pela Nota de Empenho e pela Ordem de Fornecimento, que conterão os elementos essenciais da contratação, conforme previsto na legislação vigente, produzindo os mesmos efeitos jurídicos exigidos para a execução, fiscalização e eventual penalização da contratada.

#### **17. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**

17.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 6.1 e na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

#### **18. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO**

18.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 6.2 e na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) na além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

#### **19. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

19.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 9.1 e na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## 20. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

20.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 3.3 e 4.3 na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

## 21. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO

21.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 8 na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

## 22. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

22.1. As condições previstas no Termo de Referência (**anexo I do presente Edital**) no Item 12 e na minuta da Ata de Registro de Preço (**anexo V do presente Edital**) além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

## 23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Fica assegurado ao Município de **SÃO ROQUE DO CANAÃ -ES** o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

23.2. A Pregoeira, no interesse público, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

23.3. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

23.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

23.5. Esta licitação não implica proposta de emissão de ordem de fornecimento por parte do Município de SÃO ROQUE DO CANAÃ, por se tratar de ato de conveniência e oportunidade. Até a entrega da Nota de Empenho ou da autorização de fornecimento, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município de SÃO ROQUE DO CANAÃ tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

23.6. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e de quaisquer documentos relativos a esta licitação, onde Município de SÃO ROQUE DO CANAÃ -ES não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, inclusive nenhuma indenização será devida às licitantes por esse fim;

23.7. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura deste Município, tudo em conformidade com o artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.9. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação;

23.10. A simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos (Termo de Referência), Minuta de Contrato e demais anexos); devendo ter pleno conhecimento das suas disposições, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento da contratação;

23.11. Cópias de documentos não inclusos neste edital e que as empresas interessadas julguem necessários, se disposto pelo Município de SÃO ROQUE DO CANAÃ, serão fornecidos mediante taxa de expediente/reprodução e disponibilização dos documentos, proporcional ao número de cópias, cujos custos serão arcados pelo interessado, se houver.

23.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

23.13. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

23.14. Declaração falsa prestada ou documento falso apresentado em atendimento às exigências editalícias, acarretará a EXCLUSÃO da empresa proponente deste certame, caracterizando o enquadramento de figuras penais, bem como as sanções previstas neste edital, e ainda na Lei Federal nº 14.133/21, independente da fase em que se encontrar o procedimento licitatório.

23.14.1. Responderá criminal, civil e administrativamente a empresa proponente que apresentar quaisquer declarações ou documentos não autênticos.

23.15. A Pregoeira julgadora do pleito foi designada nos termos do Decreto nº 6.893/2024, integrante do processo administrativo referente a esta licitação.

23.15.1. A Pregoeira poderá solicitar manifestação da Procuradoria Jurídica ou de outros setores/servidores, a fim de subsidiar sua decisão.

23.15.2. Caberá à equipe de apoio auxiliar a Pregoeira nas etapas do processo licitatório.

23.16. Todas as referências de tempo do edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.17. Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Legislação constante do preâmbulo deste instrumento, regulado pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pela Lei Federal nº 14.133/21.

23.18. O foro competente para dirimir questões oriundas do presente Edital, será o da Comarca de Santa Teresa/ES, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**24. DO CADERNO DE LICITAÇÃO**

24.1. Fazem parte do presente edital:

**Anexo I – Termo de Referência ;**

**Anexo II – Proposta Comercial;**

**Anexo III – Declaração conjunta;**

**Anexo IV – Memorial Índices e Declaração/Ateste Profissional Contábil**

**Anexo V – Minuta Da Ata De Registro De Preços**

São Roque do Canaã-ES, 25 de maio de 2026.

---

**LETICIA PERIN GUIDONI**  
**Assessor do Executivo I**  
**Decreto Municipal Nº 7.687/2025**  
**Setor de Licitações**



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA.**

**1.1. DO OBJETO.**

1.1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, estabelecer as condições e diretrizes que disciplinarão a formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de **MATERIAIS ESPORTIVOS**, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, e da Secretária de Educação do Município de São Roque do Canaã/ES.

1.1.2. As especificações de cada item se encontram anexas a este instrumento.

1.1.3. Os bens objeto desta contratação **são caracterizados como de natureza comum**, uma vez ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, atendendo ao disposto no art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1.4. O objeto da presente contratação **não se enquadra, ainda, como sendo bem de luxo**, atendendo ao disposto no art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.2. DA VIGÊNCIA.**

1.2.1. **O prazo de vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.2. **O compromisso firmado decorrente da ata de registro de preços será efetivamente adquirido através de instrumento substitutivo do contrato (nota empenho de despesa e autorização de compra)** na forma do art. 95, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.3. A ata de registro de preços deverá ser publicada na Imprensa Oficial do Município, qual seja o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES, bem como deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, consoante art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. DA JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.



P M S R C
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.1.2. O ordenamento brasileiro, em sua Carta Magna (art. 37, XXI), determinou a obrigatoriedade da licitação para todas as aquisições de bens e contratações de serviços e obras realizadas pela Administração no exercício de suas funções. Nessa perspectiva, a Lei Federal nº 14.133/2021 estabeleceu as normas gerais sobre licitações e contratos, configurando-se como um marco normativo que visa aprimorar a eficiência e a transparência nos processos licitatórios no âmbito da Administração Pública.

2.1.3. Nesse sentido, em consonância a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi elaborado estudo técnico preliminar identificando a necessidade da contratação que caracteriza o interesse público envolvido (art. 18, I), contendo elementos capazes de propiciar a avaliação dos custos pela Administração, para o registro de preços solicitado, diante do orçamento, considerando os preços praticados no mercado, a definição de métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de fornecimento.

2.1.4. A fundamentação pormenorizada quanto à necessidade do presente objeto pode ser encontrada no Documento de Formalização de Demanda, no Estudo Técnico Preliminar e neste instrumento referencial, estando prevista no Plano Anual de Contratação - PAC do ano de 2026, demonstrando que a demanda está totalmente correlacionada ao alinhamento estratégico da Municipalidade.

2.1.5. Ademais, o objeto deste instrumento busca a disponibilização de materiais esportivos, de modo que, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, por serem caracterizados como de natureza comum, a Lei nº 14.133/2021 estabeleceu que, obrigatoriamente, **será adotada a modalidade PREGÃO** (art. 6º, XLI c/c art. 28, I, da NLLC), visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores.

2.1.6. O Pregão será realizado **sob a forma ELETRÔNICA**, conforme disciplina o §2º, art. 17. Nessa forma procedimental, a Administração poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico (§4º, art. 17).

2.1.7. Sendo o objeto, então, de natureza comum, apresentando características usuais e padronizadas, pode-se concluir, também, que se tem como melhor opção a adoção da **adjudicação POR ITEM**, utilizando-se do **critério de julgamento MENOR PREÇO** e o **modo de disputa ABERTO**, em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

2.1.8. Considerando, ainda, a demanda de utilização desses materiais e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o respectivo procedimento **objetiva o REGISTRO DE PREÇOS, tendo a sua instrumentalização por meio da Ata de Registro de Preços** a ser celebrada com a vencedora do certame. Esse instrumento se constitui como um documento vinculativo e obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores etc.

2.1.9. Ademais, tendo em vista a impossibilidade de precisar o quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como a conveniência de que os fornecimentos sejam feitos de forma parcelada, o Sistema de Registro de Preços demonstra-se a opção mais viável ao procedimento licitatório, sendo uma alternativa já utilizada pelo Município.

2.1.10. Os quantitativos previstos nesse Termo de Referência, portanto, levaram em consideração a demanda apresentada pela unidade requisitante quando da elaboração do





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Estudo Técnico Preliminar. Vejam, esses materiais emergem como elementos imprescindíveis para assegurar a continuidade dos eventos esportivos.

## **2.2. DA JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

2.2.1 A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer promove, ao longo do ano, diversos eventos que integram o calendário oficial de São Roque do Canaã. Essas ações têm como finalidade fortalecer o sentimento de pertencimento da população, valorizar as tradições locais, estimular o turismo e impulsionar o desenvolvimento social, cultural, esportivo e econômico do município.

2.2.2 Entre os destaques estão os eventos esportivos, como campeonatos e torneios de futebol de campo, society, futsal e vôlei. A realização dessas atividades vai muito além da competição: elas funcionam como verdadeiros instrumentos de integração comunitária e promoção do bem-estar. Ao incentivar a prática regular de esportes, contribuem para hábitos de vida mais saudáveis, estimulam o convívio social e ampliam as oportunidades de lazer para todas as faixas etárias.

2.2.3 Do ponto de vista cultural, os eventos esportivos também fortalecem a identidade local. Eles reúnem famílias, amigos e comunidades em torno de valores como respeito, união e cooperação, criando um ambiente que celebra a cultura esportiva do município e reforça laços sociais. Para crianças e jovens, representam ainda uma poderosa ferramenta educativa, desenvolvendo disciplina, trabalho em equipe, resiliência e espírito esportivo — competências essenciais para a vida e para a formação cidadã.

2.2.4 No âmbito turístico e econômico, essas iniciativas geram impactos positivos significativos. A movimentação de atletas, torcedores e visitantes aquece o comércio local, impulsiona setores como alimentação, hospedagem e serviços, além de promover o município como destino ativo e acolhedor. Eventos bem-organizados ampliam a visibilidade de São Roque do Canaã, fortalecendo sua imagem e atraindo novos públicos ao longo do ano.

2.2.5 Para que essas ações sejam realizadas com qualidade, torna-se fundamental a aquisição de materiais esportivos adequados. Equipamentos como bolas, redes, uniformes, cones e demais itens garantem a segurança, o bom desempenho das partidas e a padronização das competições. Além disso, materiais em boas condições asseguram o engajamento dos participantes, tornam os eventos mais profissionais e contribuem para a formação de novos talentos, incentivando ainda mais a prática esportiva no município.

2.2.6 Assim, os eventos esportivos promovidos pelo município impulsionam o desenvolvimento de São Roque do Canaã de forma ampla e estratégica, fortalecendo sua economia, valorizando a cultura, ampliando o lazer da população e fomentando o turismo local.

## **2.3. DA JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

2.3.1. A Secretaria Municipal de Educação executa diversos Projetos Didático-Pedagógicos — Musicalizando, Karatê nas Escolas, Jogando Xadrez, Ginástica Rítmica e Dança Cultural — com o objetivo de efetivar atividades extracurriculares no contraturno escolar, destinadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino de São Roque do Canaã.

2.3.2. Tais iniciativas fundamentam-se no reconhecimento da educação como direito social essencial, promovendo a valorização do estudante por meio de oportunidades educacionais significativas, em ambiente escolar acolhedor. Essas ações possibilitam o desenvolvimento profissional, pessoal e cultural dos educandos, ampliando o senso de pertencimento e fortalecendo seu protagonismo no processo de aprendizagem.

2.3.3. Durante o desenvolvimento das atividades, busca-se estimular as potencialidades individuais, por meio de metodologias que favorecem a concentração, criatividade,





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

sociabilidade, imaginação, coordenação motora, desenvolvimento intelectual, saúde e produtividade, contemplando aspectos didáticos, pedagógicos, culturais e esportivos.

2.3.4. Além dos projetos supracitados, a Secretaria realiza a Olimpíada Estudantil de São Roque do Canaã, promovida pela Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de fomentar o intercâmbio social e desportivo entre os alunos da Rede Municipal de Ensino, bem como incentivar a prática esportiva como instrumento indispensável à formação integral do educando.

2.3.5. Ressalta-se, portanto, que o quantitativo a ser contratado deverá ser definido com base no planejamento das atividades, projetos e eventos previstos para o corrente exercício.

2.3.6. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de aquisição de materiais destinados à premiação de alunos e equipes participantes das competições e projetos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo. O aumento do número de projetos, bem como a ampliação da participação das unidades escolares na Olimpíada Estudantil nos últimos anos, demanda a adequação dos aspectos operacionais envolvidos, especialmente no que se refere à disponibilização de material esportivo, premiação e contratação de serviços de arbitragem, elementos indispensáveis à plena execução das atividades planejadas.

2.3.7. A estimativa de medalhas e troféus deverá ser ajustada de modo a atender adequadamente os projetos e eventos previstos. Da mesma forma, faz-se necessária a ampliação da aquisição de materiais esportivos, considerando que as unidades escolares necessitam de equipamentos adequados tanto para as aulas de Educação Física quanto para os treinamentos preparatórios das competições.

2.3.8. Pontuamos também, que a **descrição técnica dos materiais** a serem registrados e, posteriormente, adquiridos conforme as necessidades da unidade **constam, inclusive quantitativamente, em anexo a instrumento.**

2.3.9. Mediante o levantamento de mercado e os valores a serem apurados pelo Setor de Compras, e se atendidos os dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, opina-se pela avaliação da realização de licitação exclusiva para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e similares.

2.3.10. Justificando, portanto, o presente Termo de Referência, visa-se esclarecer e direcionar os procedimentos essenciais para elaboração do ato convocatório e a formalização do processo administrativo de Licitação, sendo apresentadas sugestões básicas sobre os procedimentos mais comuns nas licitações públicas municipais, de modo que o atendimento aos requisitos estabelecidos aqui, evitará equívocos nas compras e contratações futuras.

### 3. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO.

#### 3.1. DA FORMALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS.

3.1.1. As obrigações decorrentes do certame licitatório serão formalizadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços da qual fará parte, independente de transcrição, o Edital de Licitação e todos os seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a proposta apresentada pelo compromissário fornecedor.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.1.1.1. Nos termos do art. 6º, XLVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, que representa o compromisso a ser firmado entre o Município de São Roque do Canaã/ES e a empresa adjudicatária do certame.

3.1.1.2. Para a formalização da Ata de Registro de Preços, será observado o disposto no art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.1.3. Nos termos do art. 84, da NLLC, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.3.1.1. A possibilidade de renovação das quantidades registradas em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços revela-se medida necessária e vantajosa para a Administração Pública, considerando a recorrência das demandas e a natureza contínua da aquisição de material esportivo, que exige planejamento prévio, reposição periódica e atendimento às necessidades permanentes das atividades esportivas desenvolvidas pela Administração.

3.1.3.1.2. A manutenção das quantidades inicialmente registradas possibilita à Administração dar continuidade às ações planejadas sem necessidade de nova licitação, desde que comprovado o preço vantajoso. Essa prática assegura economia de recursos, redução de trâmites administrativos e agilidade na execução, preservando as condições técnicas e econômicas já validadas.

3.1.3.1.3. No caso concreto, a aquisição de material esportivo apresenta características técnicas e quantitativos semelhantes a cada exercício, o que torna viável e racional a renovação das quantidades registradas. Tal medida evita descontinuidade no atendimento às demandas das atividades esportivas desenvolvidas pela Administração, assegurando regularidade no fornecimento, eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor aproveitamento do planejamento previamente realizado.

3.1.3.1.4. Assim, a previsão de renovação das quantidades, quando houver prorrogação da vigência da ata de registro de preços, desde que comprovada a vantajosidade, reflete o princípio da eficiência e do planejamento, assegurando o atendimento regular e tempestivo das demandas da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, sem prejuízo ao controle e à economicidade da contratação.

3.1.3.4. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, com a renovação das quantidades registradas, o saldo renovado poderá ser utilizado para novas adesões.

3.1.2. Homologado o julgamento, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação, convocará por escrito a adjudicatária para a assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá ser assinada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (art. 90 da NLLC), contados do recebimento da convocação da mesma para esse fim, a qual será publicada na Imprensa Oficial Municipal, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

3.1.2.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela(s) adjudicatária(s) e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração, nos termos do art. 90, §1º da NLLC.

3.1.3. Se a adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa por escrito, aceita pela Administração Municipal, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, respeitado a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

habilitatórios e feita à negociação, declarar o respectivo licitante vencedor, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.1.4. Durante o prazo de validade da ata, a contratação com os fornecedores registrados, após indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, devendo o fornecedor ser convocado para assinatura ou retirada do instrumento, que deverá ser publicado em resumo na Imprensa Oficial do Município.

3.1.4.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na própria Ata, nos termos do parágrafo único do art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir (art. 83 da NLLC), facultando-se ao Poder Público, a realização de licitação específica para a contratação pretendida ou contratação direta por dispensa de licitação, nas hipóteses previstas na Lei. Em todo caso, deverá a Administração justificar o motivo da não utilização do registro de preços e será assegurada ao beneficiário do registro preferência para contratação em igualdade de condições.

3.1.5.1. O Sistema de Registro de Preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas nos Anexos do presente Edital, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

### 3.2. DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.2.1. Utilizará da futura Ata de Registro de Preços a **Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer e a Secretaria Municipal de Educação** estendendo-se sua utilização às demais, de acordo com as necessidades verificadas pela Administração Municipal.

3.2.1.1. A Secretaria Municipal de Administração é responsável pelo gerenciamento, administração e controle do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo Municipal, através do Departamento de Compras, nos termos da regulamentação municipal.

3.2.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, e respeitando os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.2.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, no total, ao previsto no art. 86, §§ 4º e 5º, da NLLC, registrado na Ata de Registros de Preços.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### 3.3. DO FORNECIMENTO

3.3.1. O fornecimento dos itens que lhe forem confiados deverão ser entregues fielmente e de acordo com as especificações, conforme documentos integrantes da contratação e rigorosa observância aos demais detalhes e Autorização de Fornecimento emanadas e/ou aprovadas pelas Secretarias Municipais Requerentes, obrigando-se o compromissário fornecedor a substituir, as expensas, aqueles que vierem a ser recusados.

3.3.2. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pelo compromissário fornecedor, sem expressa anuência do Município de São Roque do Canaã/ES e em compatibilidade com a norma legal vigente.

## 4. DO OBJETO LICITADO

### 4.1. DA SOLUÇÃO E DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1.1. A descrição da solução como um todo, por sua vez, encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP de Eventos, de modo que o ciclo de vida dos materiais em questão é relativo a cada fabricante, devendo este, todavia, respeitar determinada padronização estabelecida nas normas que disciplinam a matéria.

4.1.2. Diante das exposições e soluções apresentadas no Estudo Técnico Preliminar, a Equipe de Planejamento, ainda com fundamento na necessidade de saneamento da “problemática objeto”, deparou-se com a aquisição de materiais esportivos pelo Sistema de Registro de Preços como alternativa mais viável, ressaltando os interesses da Administração Pública.

4.1.3. Determinada viabilidade pode ser observada considerando os fatores que interferem nas experiências de consumo dos materiais em questão, levando em conta o consumo médio, com eventuais acréscimos para suprimento de demandas imprevisíveis ou de difícil previsão, tendo por base, ainda, o histórico de consumo do próprio município.

4.1.4. Corroborando com essa viabilidade a inexistência da obrigatoriedade de indicação de dotação orçamentária para a celebração da Ata de Registro de Preços, de modo que serão efetuadas apenas no momento da celebração do Contrato Administrativo, permitindo que a licitação seja efetuada sem comprometer o orçamento da Unidade Requisitante pelo período de fornecimento dos materiais estimados, assegurando, também, o cumprimento das normas de natureza orçamentária e financeira como, por exemplo, a Lei nº 4.320/64 e a LRF.

4.1.5. Não somente de natureza orçamentária os benefícios dessa modalidade se revelam. Com a licitação de registro de preços, já devidamente concretizada, a solicitação e o fornecimento ocorrem de forma mais rápida, sem esperar longos processos licitatórios para atendimento de uma demanda “imediata”.

4.1.6. Tendo em vista, ainda, que o sistema de registro efetiva-se por meio de concorrência ou de pregão, sendo este o meio sugerido para a presente demanda, e que essas modalidades não possuem limites máximos de valor, a adoção do registro de preços acaba por afastar a possibilidade de fracionamento ilegal de despesa, além de atender ao interesse público, por evitar a burla ao procedimento licitatório.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.1.7. Não obstante, convém destacar que dentro do sistema de registro de preços, a previsão expressa pelo art. 95 da NLLC estabelece que o contrato administrativo é a regra, permitindo, todavia, hipóteses em que este pode ser substituído pela emissão de outro instrumento hábil. Ocorre, nesse sentido, que o objeto aqui demandado, quando inserido no contexto do registro de preços, não se encontra adequado às hipóteses de exceção previstas, de modo que essa aquisição será realizada pela celebração de Ata de Registro de Preços e posterior **formalização de CONTRATO ADMINISTRATIVO**.

4.1.8. Desse modo, do respectivo contrato firmado será expedida **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, que será posteriormente encaminhada à empresa para efetivo cumprimento das obrigações.

#### 4.2. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.2.1. O registro de preços em comento leva em conta a necessidade total de consumo da Unidade Requisitante para o exercício financeiro corrente, sendo que tal procedimento faz parte do planejamento estabelecido pela equipe técnica do setor, estando contemplado, ainda, no Plano Anual de Contratações – PAC do ano de 2026. Assim, demonstra-se que a pretensão se encontra plenamente alinhada com o planejamento realizado pela requerente.

4.2.2. A contratação decorrente do registro de preços será realizada em razão da necessidade de suprimento do quantitativo em déficit, atendendo às demandas de consumo da Unidade Requisitante.

4.2.3. Para a contratação será aferida a verificação da habilitação social, fiscal, trabalhista e técnica dos fornecedores potencialmente interessados, de acordo com as premissas da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Capítulo VI.

4.2.3.1. A verificação dos documentos de que trata o item 4.2.3 deverá ser realizada junto ao Cadastro de Fornecedores ou apresentados no momento do julgamento das propostas pelos interessados, assegurando aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas. Tal disposto neste item deve constar expressamente no aviso da contratação.

4.2.3.2. Na hipótese da necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados quando da habilitação, o pregoeiro deverá solicitar ao licitante vencedor, o seu envio no prazo definido em Edital.

4.2.4. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, atender aos requisitos apresentados no edital convocatório.

#### 4.2.5 DAS AMOSTRAS

4.2.5.1 As proponentes deverão apresentar Prospecto Técnico e/ou Catálogo referentes aos itens BOLLAS contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas, juntamente com a documentação de habilitação, sob pena de desclassificação. A avaliação dos prospectos e/ou catálogo, tem por finalidade verificar a conformidade da especificação técnica dos itens prevista neste Termo.





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.2.5.2 Poderá o Município requerer a apresentação de amostras dos produtos ofertados para fins de análise quanto ao atendimento das especificações relacionadas entre o produto cotado e o exigido no edital.

#### 4.3. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.3.1. O objeto da presente contratação **será ENTREGUE PARCELADAMENTE de acordo com a solicitação**, sendo que será emitido um atestado – “Termo de Recebimento”, apurando a qualidade dos produtos adquiridos, informando a quantidade recebida e os descritivos dos mesmos constantes no contrato, obrigando-se a proponente a substituir, as suas expensas, aqueles que vierem a ser recusados.

4.3.1.1. O recebimento dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda no local da entrega.

4.3.2. Os materiais, quando solicitados, **deverão ser ENTREGUES** na quantidade e especificações contidas em seu descritivo, no Prédio das Secretarias Municipais, localizado na Rua João Vago, n 137, Bairro Centro, São Roque do Canaã, CEP 29.665-000, no horário das 7:30 às 16 horas de segunda a sexta-feira.

4.3.3. O prazo máximo de entrega dos objetos adquiridos será de **ATÉ 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, após Autorização de Fornecimento, com a respectiva Nota de Empenho, emitida pelo Departamento de Compras, autorizando a entrega dos materiais adquiridos no local indicado pela Unidade Requisitante.

4.3.3.1. Caso o **CONTRATADO** verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, em até 03 (três) dias úteis antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento.

4.3.3.2. O pedido de prorrogação, com indicação da justificativa e do novo prazo de entrega deverá ser protocolado na sede da Prefeitura Municipal (Protocolo Geral), ficando a critério do **CONTRATANTE**, acolher ou não o requerimento do **CONTRATADO** de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-o da decisão proferida.

4.3.3.3. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará o **CONTRATADO** sujeito às penalidades previstas no Edital e anexos do respectivo certame.

4.3.4. Os objetos deverão ser entregues com o **prazo mínimo 70% de sua validade**, devendo em cujas embalagens constar a data de fabricação e prazo de validade ou tempo de vida útil, quando for o caso.

4.3.5. Se o produto se deteriorar e/ou perder suas características, no prazo de validade ou tempo de vida útil e/ou em condições normais de estocagem, deverão ser trocados, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação, por conta e ônus das empresas proponentes.





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.3.6. Os objetos deverão conter, quando for o caso, todos os dados, como determina o **CDC (Código de Defesa do Consumidor)**, (data de fabricação, lote, prazo de validade e advertências, etc.).

4.3.7. O fornecimento do objeto deverá ser realizado com o seu respectivo descarregamento a cargo do **CONTRATADO** no local indicado pelo servidor do **CONTRATANTE** responsável pelo recebimento.

4.3.8. Os produtos deverão ser novos, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, estar adequadamente embalados de forma a preservar suas características originais, atender às especificações técnicas exigidas e obedecer rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes neste Termo de Referência;
- b) às prescrições e recomendações dos fabricantes.

4.3.9. Os produtos deverão ser entregues em embalagem original, sem avarias, devendo ser identificado com informações precisas, corretas, claras, em língua portuguesa sobre suas características, quais sejam: qualidade, quantidade, composição, prazo de garantia e origem.

#### 4.4. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.4.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Termo de Referência serão observados, no que couberem, as disposições contidas no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.2. Os produtos serão recebidos:

4.4.2.1. **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 05 (cinco) dias; e,

4.4.2.2. **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, após a verificação da qualidade e quantidade do mesmo, e consequente aceitação.

4.4.3. Será rejeitado no recebimento, os produtos fornecidos com especificações e marcas diferentes das constantes da proposta comercial apresentada pelo **CONTRATADO** devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazo definidos a seguir.

4.4.4. Constatadas irregularidades no objeto adquirido, o **CONTRATANTE**, através dos representantes das Secretarias Requerentes, poderá:

4.4.4.1. Se disser respeito à especificação dos materiais, ou qualquer dos demais motivos elencados neste item, rejeitá-lo em parte ou no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a aquisição, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a) Na hipótese de substituição, o **CONTRATADO** deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, cotados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente adquirido.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4.4.4.2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar a sua complementação ou rescindir a aquisição, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a) Na hipótese de complementação, o **CONTRATADO** deverá fazê-la em conformidade com a indicação do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da Notificação por escrito, mantido o preço inicialmente adquirido.

4.4.5. O recebimento dos produtos, compreenderá, dentre outras, as seguintes verificações:

a) Os produtos, deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material.

b) Condições da embalagem e/ou do material;

c) Quantidade entregue;

d) Apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total;

e) Compatibilidade do produto entregue com as especificações exigidas no termo de referência e constantes da proposta do **CONTRATADO**, devendo os produtos serem entregues nas mesmas marcas indicadas nas propostas de preços e ainda, com prazo de validade exigido.

4.4.6. Reserva-se o **CONTRATANTE** o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

4.4.7. Somente será aceito pelo **CONTRATANTE**, as entregas integrais de acordo com o quantitativo total e especificações constantes das Autorizações de Fornecimento, caso sejam rejeitadas ficarão disponíveis para retirada pelo **CONTRATADO**, sob pena de sofrer as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4.8. Todas as despesas de recolhimento e transporte ficaram a cargo do **CONTRATADO**.

4.4.9. Poderão ser convidados a colaborar com o responsável pelo recebimento dos materiais, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente com o **CONTRATADO**, quanto a análise do atendimento das especificações técnicas dos materiais.

4.4.10. No caso de inadimplência do **CONTRATADO** (entrega dos bens com especificações diferentes, ou ainda com imperfeições, quantidade inferior e etc.), considerar-se-á o recebimento após a composição dos bens tal qual solicitado.

4.4.11. Excepcionalmente, o **CONTRATADO** poderá requerer, por motivo justificado e comprovado, a substituição da marca no momento da entrega dos materiais. Tal requisição será analisada pelo gestor/fiscal do contrato/instrumento, podendo ou não ser aceita, inclusive quanto à qualidade da marca a ser substituída, devendo esta ser igual ou superior a licitada.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.1. A execução do objeto consistirá na **aquisição e no fornecimento de material esportivo**, de forma parcelada, conforme especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade definidos neste Termo de Referência, observadas as necessidades da Secretaria Municipal requisitante.

5.2. A qualidade dos materiais esportivos fornecidos constitui elemento essencial para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração, especialmente quanto:

- ✓ Ao adequado desenvolvimento das atividades esportivas;
- ✓ À segurança dos usuários;
- ✓ À durabilidade dos materiais;
- ✓ À economicidade, mediante redução de reposições frequentes;
- ✓ Ao atendimento das normas técnicas aplicáveis.

5.3. Os materiais deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes do termo de referência, incluindo padrões mínimos de resistência, composição, dimensões, acabamento, certificações (quando exigidas) e demais requisitos que assegurem desempenho satisfatório e uso seguro.

5.4. O fornecimento de materiais em desconformidade com as especificações poderá comprometer a execução das atividades esportivas, ensejando a recusa do recebimento e a aplicação das penalidades cabíveis.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **6.1. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

6.1.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento ao seu art. 89, §2º, são obrigações do **CONTRATADO**:

- a) Cumprir fielmente, os compromissos avençados de forma que a entrega dos bens seja efetuada com pontualidade, dentro do prazo estipulado, bem como seja feita com esmero e perfeição e devendo ainda solucionar os problemas que porventura venham a surgir;
- b) Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- c) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente aquisição;
- d) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente aquisição;
- e) O acondicionamento e o transporte adequado do objeto, responsabilizando-se pelas deteriorações ocorridas decorrentes de más condições de acondicionamento ou transporte dos mesmos;
- f) Verificar se todos os produtos embalados atendem as normas de padrão de identidade e qualidade, estabelecidos pela legislação vigente, se possuem Registro, composição impressa na embalagem e se estão dentro do período de validade;
- g) Manter, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição, que possa comprometer a continuidade do fornecimento, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- h) Obedecer rigorosamente aos prazos de fornecimento previstos;



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- i) Trocar às suas expensas, todos os produtos comprovadamente entregues de forma inadequada, a critério da fiscalização do **CONTRATANTE**;
- j) Suportar todas as despesas com deslocamento, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, além de quaisquer outras que se fizerem necessários ao cumprimento da presente aquisição;
- k) Assumir a responsabilidade, presente e futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento relativos as obrigações aqui assumidas, ficando essas ao seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- l) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução;
- m) Permitir que os produtos entregues sejam fiscalizados no ato de sua entrega;
- n) A inadimplência do **CONTRATADO**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere ao **CONTRATANTE** ou a terceiros a responsabilidade por seu pagamento;
- o) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- p) O **CONTRATANTE** não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do **CONTRATADO** para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- q) O **CONTRATADO** responsabilizar-se-á integralmente pela logística reversa dos materiais, obedecendo a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de embalagens dos produtos utilizados, dentre as quais, destacam-se a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto Federal nº 7.404/2010, Resolução RDC nº 306/2004 ANVISA, Decreto Municipal nº 6.142/2022 e os preceitos de preservação ambiental.
- r) O **CONTRATADO** deverá atender aos requisitos de sustentabilidade para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto em relação aos seus similares.

## 6.2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento ao seu art. 89, §2º, são obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o **CONTRATADO**, em conformidade com Autorização de Fornecimento, sendo que o pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos materiais e os procedimentos burocráticos;



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- b) Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação das empresas proponentes vencedoras do certame, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;
- c) Fiscalizar rigorosamente, através do fiscal de contrato designado, se o objeto fornecido obedece às condições exigidas no certame, inclusive, se necessário e a qualquer tempo, quanto às propriedades sanitárias, físicas ou químicas a depender do seu gênero e condições da empresa ou filial em que forem armazenados, produzidos ou fabricado o objeto;
- d) Notificar o **CONTRATADO** sobre as irregularidades observadas na execução do contrato/instrumento, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como qualquer irregularidade manifestada durante a execução, podendo, inclusive, interromper imediatamente o fornecimento caso necessário.
- e) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- f) Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- g) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação de preços feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.2.2. O **CONTRATANTE** não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento das empresas vencedoras da presente aquisição relativos às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da



PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

execução contratual, inclusive, quanto a informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*), com autoridade para exercer em nome do MUNICÍPIO, a fiscalização do objeto contratado e toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

6.6. O Gestor e o Fiscal de Contrato (administrativo) e os respectivos substitutos serão representantes da administração designados pela autoridade competente, formalizado por ato oficial com a devida publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES, para exercer as funções estabelecidas pela IN SCL nº 005/2023.

6.7. O Fiscal de contrato (administrativo) poderá ser assistido e subsidiado por terceiros contratados pela administração, observado o disposto no art. 22 da Instrução Normativa SCL nº 005/2023.

6.7.1. O gestor/fiscal deverá fiscalizar e acompanhar a execução da referida contratação, com poderes amplos e irrestritos para receber provisoriamente o serviço, conforme local indicado pela unidade requisitante, procedendo com a verificação das especificações, prazos e demais condições, e após realizar o recebimento dos mesmos, e bem como propor penalidades e analisar documentos.

6.7.2. Caso os Secretários das unidades requisitantes não designem nenhum servidor para acompanhar o fornecimento e fiscalização, o mesmo assumirá tal responsabilidade.

6.8. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração pública municipal ou de seus Agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.8.1. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

6.8.2. A presença da fiscalização do CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

6.9. O Fiscal do Contrato (administrativo) anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.10. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.11. As notificações emitidas pelo Fiscal de Contrato ou Gestor do Contrato, deverão ser enviadas ao Notificado, única e exclusivamente, por e-mail a fim de preservar os dados da empresa e seus proprietários, de acordo com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

6.12. O fiscal do contrato (administrativo) acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

6.13. O fiscal do contrato (administrativo) anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.15. O gestor do contrato informará ao fiscal do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato, se for o caso, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22. O gestor do contrato, quando necessário, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão instituída pelo Decreto Municipal nº 7.597/2025, bem como a regras e diretrizes que o mesmo dispõe acerca do processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Município de São Roque do Canaã - ES.

6.23. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.25. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor/Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao Secretário Municipal Requisitante do MUNICÍPIO, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

## **8. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO**



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7.1. O **CONTRATADO** deverá, por prazo não inferior a 03 (três) meses a contar da data de recebimento definitivo dos materiais, garantir a execução contratual em estrita conformidade ao disciplinado neste instrumento.

8.1. Durante o prazo de garantia (prazo de validade) o **CONTRATADO** fica obrigado a substituir os produtos/materiais sempre que houver vício, no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação do problema, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

8.1.1. Durante o período de garantia (prazo de validade) o **CONTRATADO** deverá assumir os custos de devolução/frete;

8.2. Se os produtos deteriorarem e/ou perderem suas características, no prazo de validade ou tempo de vida útil e/ou em condições normais de estocagem, deverão ser trocados, pelo **CONTRATADO**, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação, por conta e ônus do **CONTRATADO**.

8.3. A garantia aqui requerida não trará prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pelo **CONTRATADO**.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 9.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

9.1.1. O faturamento do(s) produto(s) adquirido(s) ocorrerá(ão) no ato da entrega do(s) mesmo(s), conforme a Autorização de fornecimento e nota de empenho, mediante apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) hábil(eis) de fornecimento, sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.1.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

9.1.4. Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

9.1.5. Constatando-se, junto ao SICAF ou cadastro próprio do **CONTRATANTE**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.1.5.1. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.1.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou cadastro próprio do **CONTRATANTE**.

9.1.7. O pagamento dar-se-á à vista até o 5º (quinto) dia útil contados da finalização da liquidação da despesa, em favor do **CONTRATADO**, mediante ordem bancária em conta corrente em nome do mesmo, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo **CONTRATADO**.

9.1.8. Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0,067 \times ND}{100}$$

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso

9.1.8.1. Incumbirá ao **CONTRATADO** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo **CONTRATANTE**, juntando-se à respectiva discriminação do fornecimento efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

9.1.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

9.1.10. Serão retidos na fonte, os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, exceto se o **CONTRATADO** for optante do SIMPLES NACIONAL, que obedecer a legislação específica.

9.1.10.1. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9.1.11. Fica o **CONTRATADO** obrigado a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

9.2. **DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO**

9.2.1. *Não se aplica a presente contratação.*

10. **DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

10.2. Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o licitante comprovar os requisitos dispostos no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os requisitos dispostos no art. 68 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos: Estadual, Distrital ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4. Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO**, deverá o licitante comprovar os requisitos dispostos no art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1. Deverão ser apresentados Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

a) Liquidez Geral (LG) =

$$\frac{(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})}$$

b) Solvência Geral (SG) =

$$\frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})}$$

c) Liquidez Corrente (LC) =

$$\frac{(\text{Ativo Circulante})}{(\text{Passivo Circulante})}$$



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10.4.2. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

10.4.2.1. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.4.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

10.4.3.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

10.4.3.2. A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 69, autoriza a exigência de documentos de qualificação econômico-financeira com o objetivo de comprovar a idoneidade financeira do licitante e sua capacidade de arcar com as obrigações contratuais, de forma a evitar riscos de inadimplência e paralisação dos serviços.

10.4.3.3. No caso em análise, o objeto refere-se à aquisição de material esportivo, a ser fornecido de forma parcelada, conforme a demanda da Administração, observados os prazos e especificações técnicas estabelecidos no instrumento convocatório. Embora não se trate de obra ou serviço de engenharia de grande vulto, há exigência de adequado aporte de recursos financeiros, logísticos e operacionais por parte do fornecedor, incluindo aquisição dos produtos junto aos fabricantes ou distribuidores, transporte, armazenamento e garantia de conformidade com as normas técnicas e padrões de qualidade aplicáveis.

9.4.3.4 Dessa forma, mostra-se cabível e razoável a exigência de qualificação econômico-financeira mínima, mediante apresentação das demonstrações contábeis e da comprovação de índices financeiros, desde que em grau compatível com a complexidade e o risco contratual.

9.4.3.5 Tal exigência permitirá à Administração verificar se as empresas possuem estrutura financeira adequada para cumprir integralmente as obrigações contratuais, sem comprometer a execução ou a regularidade das entregas, especialmente considerando que a aquisição de material esportivo pode envolver fornecimento parcelado, necessidade de formação de estoque, aquisição prévia junto a fabricantes ou distribuidores, além de custos logísticos relacionados ao transporte e armazenamento dos produtos.

9.4.3.6 A exigência, portanto, não tem caráter restritivo, mas visa garantir a seleção de fornecedores financeiramente estáveis, preservando a economicidade, a continuidade e a qualidade da execução, em observância aos princípios da segurança jurídica, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no artigo 5ª da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.5. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, por se tratar de materiais, não caberá a comprovação dos requisitos dispostos no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como das demais legislações vigentes.

## 11. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo estimado para a presente contratação de prestação de serviços especializados será definido com base em pesquisa de mercado realizada pelo Setor de



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Compras, conforme determina a legislação vigente. Para tanto, **foram apurados, no decorrer deste estudo contratações similares em anexo**, possibilitando a formação do valor de referência de forma transparente e fundamentada.

## 10.2. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.2.1. Por tratar-se de sistema de registro de preços, em regra, fica dispensada a indicação de dotação orçamentária nos processos licitatórios por não ser necessária a prévia reserva orçamentária, devendo ser informada somente a partir da autorização para a formalização do instrumento contratual, emissão da nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.2. No entanto, para fins de cumprimento de requisitos operacionais inerentes ao lançamento de dados para submeter às informações aos órgãos de controle, segue abaixo dotação orçamentária:

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER</b>
1401.2781200092.018- 33903900000 - Ficha 289 - Fonte 150000000000.

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>
0401.1236100072.010 - Manutenção da Rede Escolar - Ensino Fundamental - 33903000000 - Material de Consumo Ficha 0000171 - Fonte: Fonte 150000250000.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, o **CONTRATADO** que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;





<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- m) praticar demais atos não previstos no presente tópico, mas apurados na execução do contrato.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item anterior, as seguintes sanções e penalidades:

a) **Advertência:** quando o **CONTRATADO** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da NLLC;

b) **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da NLLC;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 12.1, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da NLLC;

d) **Multa:**

I) **Moratória** de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II) **Compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, consoante o disposto no art. 156, §9º, da NLLC;

12.4. Todas as sanções previstas neste tópico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, consoante o disposto no art. 156, §7º, da NLLC;

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da NLLC;

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o disposto no art. 156, §8º, da NLLC;

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;



<b>P M S R C</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 159;

12.8. A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, consoante o disposto no art. 160, da NLLC;

12.9. A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme disposição do art. 161, da NLLC;

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

### 13. DA UNIDADE REQUISITANTE

13.1. Configura como Unidade Requisitante do presente instrumento referencial, em decorrência do Estudo Técnico Preliminar e Documento de Formalização de Demanda elaborado, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER E A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**.

### 14. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. **Secretários Responsáveis:** ELIANE RENATA CIMERO CALCI  
GELDA MARIA SPALENZA GUERRA.

14.2. **Equipe de Planejamento:** SILAS SPERANDIO PAZINI;  
JORGE AMADO NASCIMENTO RIBEIRO

**São Roque do Canaã/ES, 16 de Março de 2026.**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SILAS SPERANDIO PAZINI**  
Equipe de Planejamento

**JORGE AMADO NASCIMENTO RIBEIRO**  
Equipe de Planejamento

**ELIANE RENATA CIMERO**  
Secretária Municipal Responsável  
Secretária Municipal de Turismo, Cultura, Esporte Lazer

**GELDA MARIA SPALENZA GUERRA**  
Secretária Municipal Responsável  
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**ANEXO I**

**QUANTITATIVO DE MATERIAIS ESPORTIVO**

**1) SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UN.	QTD.
01	472016	<b>BOLA DE FUTEBOL 7 ADULTO:</b> Bola oficial de futebol 7 adulto masculino, Confeccionada em pu laminado pró, com tecnologia termotec (ou similar), sistema De forro termofixo, 14 gomos [variação ± 2 gomos] termossolados e dupla colagem Entre os gomos; câmara 6d (ou similar – de borracha butílica com estrutura em Anéis), miolo capsula sis (ou similar). Diâmetro: 66-69 cm; peso: 425-450 g.	Un.	50
02	480257	<b>BOLA FUTEBOL CAMPO ADULTO</b> , confeccionada tecnologia termotec, peso 420-445 gr, 14 gomos, circunferência 68,5 a 69,50 cm, câmara 6d, sistema de forro termo fixo, câmara interna neotec, miolo substituível sis	Un.	50
03	472016	<b>BOLA PARA FUTSAL ADULTO:</b> Bola oficial de futsal adulto confeccionada em pu, Construção em materiais que garantem 0% (zero por cento) de absorção de água(impermeável). Com 14 gomos [variação ± 2 gomos], circunferência 62-64cm, peso 400-440g com miolo lubrificado e substituível. Câmara confeccionada em borracha Butílica e estruturada em anéis.	Un.	100
04	450273	<b>BOLA DE VOLEIBOL</b> - produzida em sistema de microfibras com tecnologia double dimple Minimiza a resistência do ar e maximiza a precisão da bola, dando um maior controle Ao jogador. Sua tecnologia nano ballonsilica previne a superfície da bola de se Tornar escorregadia devido ao suor e sua superfície super composite cover Propicia um maior grip e uma maior sensação de aderência. 18 painéis aerodinâmicos   Paineis microfibras tamanho 5 - oficial circunferência: 65-67cm peso: 260~280 g laminada Com uma tecnologia diferenciada para melhor deslize e com tratamentoAntibactericida– competição -com selo da fivb e cbv -	Un.	25
05	6811	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL DE CAMPO</b> , modelo europeu/caixote, confeccionado em fio de polietileno virgem de alta densidade com tratamento anti-uv, fio de 8 mm de espessura, trançado, entre nós de 15 x 15 cm quadriculados, medindo 7,50 m (largura) - 2,50 m( altura) - 2,00 m (lateral ), cor branca, reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.	Un.	4
06	6811	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL SOCIETY</b> , modelo europeu/caixote, produto confeccionado em polietileno na cor branca com tratamento anti-uv - fio de 8 mm de espessura, trançado, entre nós de 14 x 14 cm	Un.	12



PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		quadriculadas, medindo 6,20 m (largura) - 2,30m (altura) - 1,50 m (lateral) - 0,40 m (superior), cor branca, reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.		
07	6811	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL DE SALÃO</b> , modelo europeu/caixote, confeccionada em polietileno na cor branca com tratamento anti-uv, fio de 8mm de espessura, entre nós de 12 x 12 cm quadriculados, medindo 3,00 m (largura) - 2,10m (altura) - 1,20 m (lateral) - 0,50 m (superior), reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda a rede.	Un.	12
08	6811	<b>REDE OFICIAL PARA A MODALIDADE DE VOLEIBOL</b> , confeccionadas em fio polietileno trançado com espessura de 2mm pp malha 10x10 cm. 02 lonas pvc sendo a lona superior com 0,7 m e a inferior com 0,06m ambas com protetor de pvc nas extremidades, reforçadas com sistema de cordas 6mm pp em suas laterais. Acompanha cordas laterais c/ argolas e cabo de aço 13m galvanizado para instalação.	Un.	6
09	263897	<b>APITO PROFISSIONAL</b> , material plástico, tipo 40, sem esfera, som nítico, para uso na arbitragem de várias modalidades esportivas.	Un.	6
10	263897	<b>CORDÃO PARA APITO COM MOSQUETÃO</b> ; confeccionado com fio 100% poliéster.	Un.	6
11	222496	<b>TROFÉU COM ALTURA DE 130 CM</b> , base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da Taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelho. Uma estatueta de honra ao mérito ( deusa da vitória ) fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral e uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímetro injetado fixa no centro da base.	Un.	4
12	222496	<b>TROFÉU COM ALTURA DE 118 CM</b> , base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero na cor preta, um estágio com bases de madeira, taça em polímero metalizada na cor prata com 44 cm de largura a partir das alças. Tampa da Taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Colunas na cor dourada com detalhes na cor prata e vermelho. Uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímetro injetado fixa no centro da base e quatro águias fixas na base de madeira na lateral. Estatueta intercambiável.	Un.	4
13	222496	<b>TROFÉU COM 92 CM DE ALTURA</b> , com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado	Un.	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

		com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.		
14	222496	<b>TROFÉU COM 75 CM DE ALTURA</b> , com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.	Un.	4
15	222496	<b>TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO</b> , com 34 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada.	Un.	7
16	222496	<b>TROFÉU ARTILHEIRO</b> , com 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de jogador de futebol metalizada na cor dourada.	Un.	7
17	235578	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC</b> , no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor <b>dourada</b> , com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de "honra ao mérito", que também permite a colocação de adesivo de 25mm. Também conta com um centro de 35mm na parte posterior. Possui espessura máxima de 2,9mm. Peso aproximado de 24 gramas. Suporte para fita de 25 mm de largura, fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura. Adesivo com a logomarca da prefeitura de são roque do canaã e do evento.	Un.	450
18	235577	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC</b> , no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor <b>prata</b> , com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de "honra ao mérito", que também permite a colocação de adesivo de 25mm. Também conta com um centro de 35mm na parte posterior. Possui espessura máxima de 2,9mm. Peso aproximado de 24 gramas. Suporte para fita de 25 mm de largura, fita de cetim na cor azul com 2,5 cm de largura. Adesivo com a logomarca da prefeitura de são roque do canaã e do evento.	Un.	150
19	471994	<b>BOMBA ELÉTRICA DE AR PARA INFLAR BOLAS:</b> Bomba de ar elétrica de encher Bolas, com calibrador, possuindo visor informando a pressão, contendo, pelo	Un.	10





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Menos, um bico e 1 agulha. A bomba deve ter potência mínima para inflar bolas de 20psi. A bomba elétrica deve ser portátil (à bateria), deve vir com cabo de energia E carregamento compatível com tomadas residenciais (tomadas normais)		
20	225180	<b>BARALHO</b> fabricado com excelência de qualidade; não transparente; atóxico e reciclável; cartão couché exclusivo com deslize aveludado de agradável manuseio; bridge size 57x89 mm; 12 caixinhas contendo 55 cartas em cada (52 cartas + 2 curingas + carta garantia); caixa com 12 unidades (6 un. Azul e 6 un. Vermelha).	Caixa	2
21	308740	<b>CRONÔMETRO DIGITAL PROGRESSIVO COM FUNÇÃO " SPLIT"</b> , exibe as parciais do tempo; função relógio com alarme diário, calendário com dias da semana, com memória e alimentação com bateria ir 44, dimensões: 70 x 23x 60 mm.	Un.	4
22	450328	<b>CALIBRADOR DIGITAL PARA BOLAS</b> de várias modalidades esportivas, emborrachado na cor preta, contendo duas agulhas.	Un.	4
23	623386	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL DE CAMPO PARA JOGADOR, COM 22</b> camisas, 22 calções e 22 pares de meioes, sendo: Camisa personalizada, tecido jacquard microperfurado criando relevo 3d interlock de transparência, composto por 96% poliéster, 4% elastano, gramatura 160 g/m <sup>2</sup> , tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliéster, interno anti suor, parte de tras em retílinea. Personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retílinea. Etiqueta interna termocolante toque zero anti-alérgico, selo de legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elástico duplo interno com fio embutido ajustável, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meião jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliéster, 2% elastano e 1% nylon, elásticos nos tornozelos e joelho. Meia cano médio. Personalização conforme layout.	Und	02
24	623386	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL DE SALÃO PARA JOGADOR, COM 12</b> camisas, 12 calções e 12 pares de meioes, sendo: Camisa personalizada, tecido jacquard microperfurado criando relevo 3d interlock de transparência, composto por 96% poliéster, 4% elastano, gramatura 160 g/m <sup>2</sup> , tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliéster, interno anti suor, parte de tras em retílinea. Personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retílinea. Etiqueta interna termocolante toque zero anti-alérgico, selo de	Und	02



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

		legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elastico duplo interno com fio embutido ajustavel, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meiao jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliester, 2% elastano e 1% nylon, elasticos nos tornozelos e joelho. Meia cano medio. Personalização conforme layout.		
25	623386	<b>JOGO DE UNIFORME COMPLETO DE FUTEBOL SOCIETY PARA JOGADOR, com 14</b> camisas, 14 calções e 14 pares de meioes, sendo: Camisa personalizada, tecido jacquard microperfurado criando relevo 3d interlock de transparência, composto por 96% poliester, 4% elastano, gramatura 160 g/m², tecnologia de arrefecimento e controle de temperatura, gola em y poliester, interno anti suor, parte de tras em retilinea. Personalizada com brasão bordado tear de alta definição, logomarcas em sublimação total digital, acabamento nas pontas das mangas em punho de retilinea. Etiqueta interna termocolante toque zero anti-alergico, selo de legitimidade da instituição em tear de alta definição, grade de tamanho p-m-g-gg-xg de acordo com a abnt; calção de jogo futebol - tecido poliéster 100% dry-tex, personalizado com brasão bordado em tear de alta definição, cintura com elastico duplo interno com fio embutido ajustavel, grade de tamanho p-m-g-gg -xg de acordo com a abnt; par de meiao jogo futebol, meião com pé de algodão, cano alto, composto por 69% algodão, 28% poliester, 2% elastano e 1% nylon, elasticos nos tornozelos e joelho. Meia cano medio. Personalização conforme layout.	Und	02
26	457626	<b>REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA –</b> fio 3mm / malha 12 x12 cm em polietileno (nylon branco), tipo colméia. Lateral da quadra: 3m de altura x 30,0 m de largura, no total de 180 m2	und	02
27	457626	<b>REDE DE PROTEÇÃO PARA QUADRA ESPORTIVA–</b> fio 3mm / malha 12x 12cm em polietileno (nylon branco), tipo colméia fundo da quadra: 5m de altura x 24m de largura no total de 240m2	und	02
28	7810	<b>CESTA PORTA SQUEEZE PARA HIDRATAÇÃO DE FUTEBOL</b> contendo 6 squeezes capacidade 800 ml.	Und	04
29	1206	<b>BOLSA PARA TRANSPORTAR MATERIAL ESPORTIVO</b> bolsa para transporte de material Esportivo, confeccionado em nylon, alças em nylon trançado, fechamento com Zíper na parte superior, tam g, dimensões aproximadas 95x60x20,		



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

30	11902	<b>SACO REDE PARA TRANSPORTE DE BOLAS</b> , produzido em 67% polietileno e 33% polipropileno, fio de 2mm malha 10x10, com capacidade de transportar até 20 bolas.	Und	02
31	464824	<b>JOGO DE COLETES COM 22 UNIDADES</b> , em tecido 100% poliéster, com numeração de 1 a 22, tamanho único (aproximadamente 42x67 cm / lxa), com elástico nas laterais para adaptar ao tamanho, na cor amarela.	und	02
32	464824	<b>JOGO DE COLETES COM 22 UNIDADES</b> , em tecido 100% poliéster, com numeração de 1 a 22, tamanho único (aproximadamente 42x67 cm / lxa), com elástico nas laterais para adaptar ao tamanho, na cor verde.	und	02
33	3534	<b>BICO E AGULHA</b> : Bico para bomba de ar para inflar bola de várias modalidades esportivas e agulha de metal, rosqueável, tamanho grande	kit	10
34	968	<b>TRENA</b> : Trena de aço, 100 metros, com empunhadura e carretilha.	Und	04
35	14219	<b>BOLSA DE MASSAGEM TÉRMICA BOLSA DE MASSAGEM</b> com revestimento térmico com medidas aproximadas de 35 x 25 x20 (cxaxl) confeccionada em nylon com alça de mãos, 02 bolsos laterais externos, contendo 02 bisnagas para fluidos, 01 balde de isopor e 02 squeezes	Und	02
36		<b>FAIXA BRAÇADEIRA DE CAPITAO</b> dupla face confeccionada em neoprene (100% poliamida)revestido na parte interna e externa com poliamida, dupla face, ajustado com velcro. Medidas aproximadas 27 cm x 8 cm (lxa).	Un	10
37	6811	<b>REDE DE VOLEI AREIA</b> fio 3,00mm de polietileno torcido 100% virgem de alta densidade com tratamento uv, , com 4 faixas ,sendo faixa superior em pvc color com 07cm e a inferior e laterais com no mínimo 05 cm em lonas com costura dupla e a logo da pmi, com tratamento uv, revestimento interno passante, malhas 10x10 cm., tamanho oficial 1,00 x 8,50 metros. . Com cabo de aço 15 mts galvanizado	Und	02
38	25834	<b>BANDEIRA DO BRASIL OFICIAL</b> , cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. Dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	Und	03
39	25834	<b>BANDEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO OFICIAL</b> , cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. Dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	Und	03



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

40	25834	<b>BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ OFICIAL</b> , cetim, 100% poliéster - 0,90x 1,30. Dupla face, estampa textil digital de alta qualidade.	Und	03
----	-------	--	-----	----

2) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
01.	222496	<b>TROFÉU 107 CM BASE PRETA EM POLIMERO</b> Troféu 107cm, base preta em polímero, 4 tubos de cor dourado com anel azul, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN.	05
02.	222496	<b>TROFEU COM 75 CM DE ALTURA</b> - Troféu com 75 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizado na cor vermelha acetinada, suporte e cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma taça em polímero metalizada na cor vermelho acetinado com 33 cm de largura a partir das alças. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de Futebol medindo 30,3 cm na cor dourada construída em polímero injetado fixa no centro da base.	UN.	10
03.	222496	<b>TROFÉU 65CM BASE PRETA</b> Troféu 65cm de altura, base preta, com tubo preto ou dourado, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN.	10
04.	222496	<b>TROFÉU 59CM BASE PRETA</b> Troféu 59cm de altura, base preta, com tubo preto ou dourado, acima uma taça dourada, confeccionada em plástico injetado poliestireno, estatueta gg parte cima dos troféus relacionadas a modalidade de futebol, gravação digital do nome e logomarca da prefeitura, secretaria e do evento.	UN.	10
05.	222496	<b>TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO</b> , com 34 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro de futebol metalizada na cor dourada.	UN.	10
06.	222496	<b>TROFÉU ARTILHEIRO</b> , com 39 cm de altura, com base oval com 22,5 cm de largura em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizado na cor dourada.	UN.	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de jogador de futebol metalizada na cor dourada.		
07.	235578	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METALICA TAMANHO DE 50MM COR DOURADA</b> Medalha redonda fundida em liga metálica de ZAMAC, no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada com o de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de honra ao mérito, que também permite a colocação de adesivo de 25mm. também conta com um centro de 35mm na parte posterior. possui espessura máxima de 2,9mm. peso aproximado de 24 gramas. suporte para fita de 25mm de largura, fita de cetim na cor azul ou preta com 2,5 cm de largura. adesivo com a logomarca da prefeitura de São Roque do Canaã e do evento.	UN.	300
08.	235577	<b>MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METALICA TAMANHO DE 50MM COR PRATA</b> Medalha redonda fundida em liga metálica de ZAMAC, no lado esquerdo vazado e no lado direito com dois frisos, metalizada na cor PRATA, com o tamanho de 50mm de diâmetro e centro de 25mm de diâmetro com a gravação em baixo relevo de tocha de honra ao mérito, que também permite a colocação de adesivo de 25mm. Também conta com um centro de 35mm na parte posterior. Possui espessura máxima de 2,9mm. Peso aproximado de 24 gramas. Suporte para fita de 25mm de largura, fita de cetim na cor azul ou preta com 2,5 cm de largura. Adesivo com a logomarca da Prefeitura de São Roque do Canaã e do evento.	UN.	300
09.	235578	<b>MEDALHA REDONDA 70 MM OURO</b> Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com resina, na cor dourada de 70mm de diâmetro, com gravação digital da logo da prefeitura na parte da frente e gravação digital do evento na parte de trás, com fita de cetim na cor azulou preta.	UN.	400
10.	235577	<b>MEDALHA REDONDA 70 MM PRATA</b> Medalha redonda fundida em liga metálica de zamak, com resina, na cor prata de 70mm de diâmetro, com gravação digital da logo da prefeitura na parte da frente e gravação digital do evento na parte de trás, com fita de cetim na cor azulou preta.	UN.	400
11.	6811	<b>PAR DE REDES DE FUTEBOL DE SALÃO</b> , modelo Europeu/caixote, confeccionada em polietileno na cor branca com tratamento ANTI-UV, fio de 8mm de espessura, entre nós de 12 x 12 cm quadriculados, medindo 3,00 m (Largura) - 2,10m (Altura) - 1,20 m (Lateral) - 0,50 m (Superior), reforço lateral de duas a três linhas ao redor de toda	UN.	05
12.	6811	<b>REDE OFICIAL PARA A MODALIDADE DE</b>	UN.	05



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

		<b>VOLEIBOL</b> , confeccionadas em fio polietileno trançado com espessura de 2mm pp malha 10x10 cm. 02 lonas PVC sendo a lona superior com 0,7 m e a inferior com 0,06m ambas com protetor de PVC nas extremidades, reforçadas com sistema de cordas 6mm pp em suas laterais. Acompanha cordas laterais c/ argolas e cabo de aço 13m galvanizado para instalação.		
13.	263897	<b>APITO PROFISSIONAL</b> , material plástico, tipo 40, sem esfera, som nítido, para uso na arbitragem de várias modalidades esportivas.	UN.	10
14.	471994	<b>BOMBA ELÉTRICA DE AR PARA INFLAR BOLAS:</b> Bomba de ar elétrica de encher bolas, com calibrador, possuindo visor informando a pressão, contendo, pelo menos, um bico e 1 agulha. A bomba deve ter potência mínima para inflar bolas de 20psi. A bomba elétrica deve ser portátil (à bateria), deve vir com cabo de energia e carregamento compatível com tomadas residenciais (tomadas normais)	UN.	05
15.	3534	<b>BICO E AGULHA:</b> Bico para bomba de ar para inflar bola de várias modalidades esportivas e agulha de metal, rosqueável, tamanho grande	UN.	10
16.	308740	<b>CRONOMETRO DIGITAL</b> progressivo com função "split", exibe as parciais do tempo; função relógio com alarme diário, calendário com dias da semana, com memória e alimentação com bateria IR 44, dimensões: 70 x 23 x 60 mm.	UN.	07
17.	968	<b>TRENA:</b> Trena de aço, 100 metros, com empunhadura e carretilha.	UN.	07
18.	480257	<b>BOLA FUTEBOL CAMPO ADULTO</b> , confeccionada tecnologia termotec, peso 420-445 gr, 14 gomos, circunferência 68,5 a 69,50 cm, câmara 6d, sistema de forro termo fixo, câmara interna neotec, miolo substituível sis	UN.	05
19.	450273	<b>BOLA OFICIAL DE VOLEIBOL</b> , confeccionada em PU. Diâmetro: 65 - 67 cm; peso 260 - 280 g; construção matrizada. Com 16 gomos. Câmara Airbility. Miolo Slip System Removível e Lubrificado. Anexar o certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Volei (CBV) e da Federação Internacional de Vôlei (FIVB).	UN.	10
20.	14836	<b>BOLA OFICIAL DE BASQUETE</b> , 8 gomos sem costura aprovada pela FIBA; câmara airbility; matrizada; acabamento microfibras; miolo slip system removível e lubrificado. Diâmetro: 72/74 cm; peso: 560/580 g. Anexar o certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Basquete (CBB) e da Federação Internacional de	UN.	05





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

		Basquete (FIBA).		
21.	472016	<b>BOLA PARA FUTSAL ADULTO:</b> Bola oficial de futsal adulto confeccionada em pu, Construção em materiais que garantem 0% (zero por cento) de absorção de água(impermeável). Com 14 gomos [variação ± 2 gomos], circunferência 62-64cm, peso 400-440g com miolo lubrificado e substituível. Câmara confeccionada em borracha Butílica e estruturada em anéis.	UN.	15
22.	14835	<b>BOLA OFICIAL DE HANDEBOL</b> , tamanho feminino, costurada, com 32 gomos, confeccionada em PU; câmara airbilty; costurada; acabamento PU ultra grip; miolo slip system removível e lubrificado. Diâmetro: 54 / 56 cm; peso: 325 / 400g. Anexar o certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e da Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN.	15
23.	14835	<b>BOLA OFICIAL DE HANDEBOL</b> , tamanho masculino, costurada, com 32 gomos, confeccionada em PU ultra grip; câmara airbilty; costurada; miolo slip system removível e lubrificado. Diâmetro: 58/60 cm; peso: 425/475 g. Anexar o certificado de oficialização da Confederação Brasileira de Handebol (CBHB) e da Federação Internacional de Handebol (IHF).	UN.	15
24.	619056	<b>CORDA DE PULAR ESPORTIVA</b> para atletismo, confeccionado e m seda com 10mm diâmetro e 2,20 mt de comprimento com cabos de madeira em suas extremidades.	UN.	20
25.	5341	<b>COLCHONETE</b> ; com espuma densidade mínima 80, dupla costura para uma maior resistência na cor preta ou azul. Medidas mínimas: 1.20cm x 60cm x 4cm (comprimento x largura x diâmetro).	UN.	50
26.	2976	<b>ARCO</b> confeccionado em polietileno rígido com 65 cm de diâmetro.	UN.	150
27.	2976	<b>ARCO DE AGILIDADE/GINÁSTICA (MINI BAMBOLE)</b> Plástico PVC resistente, leve e colorido.pequeno diâmetro (aprox. 40-45 cm), ideal para manuseio por crianças menores.	UN.	60
28.	6836	<b>ESCADA DE AGILIDADE</b> , PARA TREINO FUNCIONAL, MEDIDAS: LARGURA 45CM, COMPRIMENTO TOTAL 5M. FITA: 30MM NA COR PRETA (LATERAIS) E 25MM FITA AMARELA (DEGRAUS). OBS: ACABAMENTO COM ILHÓS NAS PONTAS PARA FIXAÇÃO, ESCADA COM 10 DEGRAUS	UN.	10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

29.	10689	<b>PETECA OFICIAL DE BADMINTON</b> confeccionada e m nylon, com base de cortiça. Unidade de fornecimento: tubo com 6 (seis) unidades, com dimensões de 7,0 x 7,0 x 25,0 cm (altura, largura, profundidade).	UN.	20
30.	447975	<b>CONES/PRATO DEMARCATÓRIO</b> em plástico flexível “tipo tartaruga”, utilizado em treinamentos de ganho de velocidade, agilidade e coordenação motora. Altura 4 cm diâmetro da base 19 cm.	UN.	40
31.	343579	<b>CONE CONFECCIONADO EM POLIETILENO</b> , com base de sustentação quadrada, com aproximadamente 30 a 40 cm de largura. Altura do cone de 50cm. Possui fendas para inserção de fita zebreada e adaptável à placa pronta.	UN.	30
32.	444231	<b>CONES DE PLASTICO - CONE SINALIZADOR TAM. PEQUENO, CONFECCIONADO EM PVC FLEXÍVEL, MEDINDO 30CM DE ALTURA E BASE QUADRADA PARA TREINAMENTO</b>	UN.	40
33.	464876	<b>TATAME EMBORRACHADO (EVA) 100X100 CMX40MM:</b> EVA (Etil Vinil Acetato) atóxico, inodoro e com proteção antifungo/antibacteriana. Sistema de encaixe universal (tipo quebra-cabeça) de fácil montagem.	UN.	30
34.	482639	<b>TATAME EMBORRACHADO (EVA) 100X100 CMX20MM:</b> EVA (Etil Vinil Acetato) atóxico, inodoro e com proteção antifungo/antibacteriana. Sistema de encaixe universal (tipo quebra-cabeça) de fácil montagem.	UN.	70



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO II**  
**PROPOSTA COMERCIAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00000/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025**

A Pregoeira  
Prezados Senhores,

A empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, propõe a formalização de registro de preços para futura e eventual **aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS**, conforme especificações constantes no **Termo de Referência** (anexo I do edital).

Informa que caso esta empresa seja vencedora do certame, o Sr(a). \_\_\_\_\_, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) de CI nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) \_\_\_\_\_ (endereço), é quem assinará a ata de registro de preços e a ordem de Fornecimento.

Caso esta empresa vencedora seja considerada vencedora do certame, os depósitos relativos a pagamento dar-se-ão através de ordem bancária, na conta corrente da empresa proponente nº \_\_\_\_\_, Banco \_\_\_\_\_, ag. \_\_\_\_\_.

Propõe o fornecimento do objeto da licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e às especificações asseverando que o prazo de validade desta proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos contados da data da abertura da sessão pública, com efeito, suspensivo de contagem de tempo no caso de impetração de recursos por qualquer empresa proponente.

Por ser de seu conhecimento, e conhecer todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, declara que aceita expressamente as condições do edital e, caso seja vencedora da licitação, que procederemos com o fornecimento no prazo e demais condições estipuladas e de acordo com os preços unitários propostos e aceitos pelo Município.

Para que possa produzir os efeitos legais e devidos assina a presente.

Município – Estado, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

Identificação e assinatura do responsável legal da empresa

**Obs.: Este documento deverá ser apresentado à Pregoeira quando da convocação de que trata o item 9.21 deste edital.**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO ÚNICO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**OBS: NESTE ANEXO CONSTARÃO TODOS OS ITENS/GRUPOS/LOTES QUE O FORNECEDOR EFETIVAMENTE GANHOU (INDICANDO A MARCA, VALORES UNITARIOS E TOTAIS), CONFORME TABELA DE ITENS DISPONIVEL NO ITEM 2.1)**

Município – Estado, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
(Nome e assinatura do representante legal da empresa)

RG nº \_\_\_\_\_



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com endereço na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr (a) \_\_\_\_\_, inscrito no RG sob o nº \_\_\_\_\_ e no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- h) que recebeu os documentos pertinentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO supra** e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste processo licitatório; e
- i) que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar em momento futuro quaisquer acréscimos de custos devidos a desconhecimento do local e de suas possíveis interferências e peculiaridades.
- j) que, para os devidos fins, tomei conhecimento integral dos termos da Lei Municipal nº 1.129, de 23 de abril de 2025, que institui o Código de Ética do Agente Público Municipal, aplicável a todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de São Roque do Canaã.

(<https://saoroque.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L11292025.html?ididentificador=36003000300037003A004C00>)

k) que cumpre os requisitos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

l) que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte previsto na LC 123/2006 e suas alterações, para fins do disposto no artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**(aqui indicar se cumpre ou não cumpre, conforme enquadramento da empresa já devidamente declarado na plataforma que se processou o certame e ainda se não celebrou contratos que ultrapassem o valor estipulado para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme LC 123/2006).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

Município – Estado, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do responsável pela empresa

**Obs.: Este documento deverá ser apresentado à Pregoeira no rol dos documentos de habilitação, quando da convocação prevista no Item 10.6 do edital.**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**ANEXO IV**  
**MEMORIAL ÍNDICES E DECLARAÇÃO/ATESTADO PROFISSIONAL CONTÁBIL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ com endereço na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu profissional contábil, o Sr (a) \_\_\_\_\_, inscrito no CRC sob o nº \_\_\_\_\_, ora responsável pelas informações e demonstrações contábeis, **DECLARA** e **ATESTA** o pleno atendimento aos índices econômicos previstos e exigidos no edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202X, conforme memorial de índices abaixo descrito:

LEGENDAS:					
LG - Liquidez Geral					
SG - Solvência Geral					
LC - Liquidez Corrente					
AC - Ativo Circulante					
RLP - Realizável a Longo Prazo					
AT - Ativo Total					
PC - Passivo Circulante					
PNC – Passivo não Circulante					
Valores (em R\$) extraídos do Balanço Patrimonial - Exercício .....					
AC = .....					
RLP = .....					
AT = .....					
PC = .....					
PNC = .....					
LG =	AC + RLP	=	..... + .....	=	.....
	PC + PNC	=	..... + .....	=	.....
SG =	AT	=	.....	=	.....
	PC + PNC	=	..... + .....	=	.....
LC =	AC	=	.....	=	.....
	PC	=	.....	=	.....

Nome do contador

CI n.º:

CRC n.º

CPF n.º

**Obs.: Este Memorial, juntamente com a declaração deverá ser preenchida e assinada pelo contador da empresa, devidamente habilitado na área contábil e deverá ser apresentado à Pregoeira no rol dos documentos de habilitação, quando da convocação prevista no Item 10.6 do edital.**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X  
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ---/2025  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004413/2025**

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) 01.612.865/0001-71, sediado na Rua Lourenço Roldi, nº 88 – São Roquinho, São Roque do Canaã – ES, neste ato representado pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Prefeito(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, neste ato representado pelo(a) senhor(a) **xxxxxxxxxx**, brasileiro(a), estado civil, portador(a) do CPF nº xxxxx e do RG: xxxxxxxx/SSP/ES, residente e domiciliado na xxxxxx - xxx (ES), CEP: xxxxxx, resolvem registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, considerando o processamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº ---/202X**, bem como, a respectiva homologação conforme **Processo Administrativo nº 004413/2025**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, na IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025, (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços), pelas demais legislações aplicáveis ao tema, inclusive os Princípios Gerais do Direito, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual **aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Ata de Registro de Preços, bem como Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E REAJUSTAMENTO**

2.1. O valor global da presente Ata de Registro de Preços é estimada em R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), de acordo com a proposta vencedora.

2.1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem no **anexo I** desta ata.

2.2. Nos preços a serem pagos pelos bens, objeto deste instrumento estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como **anexo II** desta Ata, estando em conformidade com o artigo 18 IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025, deste Município.

2.4. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula décima primeira deste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**



PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.1. O órgão gerenciador da presente ata a Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 8º da IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos dispostos no art. 36, da IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025, deste Município.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### 4.5. Dos limites para as adesões

4.5.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### 4.6. Vedação a acréscimo de quantitativo

4.6.1. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, à exceção da renovação dos quantitativos em caso de prorrogação por novo período.

4.6.2. Os limites quantitativos serão renovados em caso de prorrogação da ata de registro de preços.

4.6.3. Em caso de prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços, com a renovação das quantidades registradas, o saldo renovado poderá ser utilizado para novas adesões.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência do Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade ao art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.1. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser emitido no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.3.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 16, da IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025;

5.3.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos preços:

- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.3.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

5.4. O registro a que se refere o item 5.3.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2, “b”, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados nas seguintes situações:

6.1.1. Na ocorrência de força maior, caso fortuito ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

6.1.2. No caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Quando houver proposta superveniente do detentor da ata para redução dos preços registrados;

6.1.4. Na aplicação de reajustamento sobre os preços registrados.

6.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, pelos motivos previstos no item 6.1.1, o gerenciador deve convocar o detentor para negociar a redução dos preços registrados.

6.2.1. Aceita a redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos participantes e aderentes que tiverem contratos derivados da respectiva ata para que negociem formalmente a revisão dos preços contratados, avaliando a viabilidade de manutenção da contratação no caso de recusa da contratada.

6.2.2. A recusa do detentor em reduzir seus preços aos valores praticados no mercado implicará o



PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

cancelamento, parcial ou integral, do registro de preços e a liberação do detentor da ata quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.2.3. Na hipótese do item 6.1.2, o gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir os compromissos previstos na ata com os preços reduzidos conforme valores de mercado.

6.3. Quando o preço registrado se tornar inferior aos de mercado pelos motivos descritos no item 6.1.2, o gerenciador deve convocar o detentor da ata para proceder à redução dos preços registrados, de acordo com a nova carga tributária, os encargos ou disposições legais vigentes.

6.3.1. O gerenciador comunicará aos órgãos participantes e aderentes que tiverem contratos derivados da respectiva ata para que procedam à revisão dos preços contratados.

6.3.2. A recusa do detentor em reduzir seus preços aos novos valores implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas e da revisão dos preços dos contratos já firmados.

6.3.3. Na hipótese do item 6.3.2, o gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir os compromissos previstos na ata com a redução dos preços.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados pelos motivos previstos nos itens 6.1.1 e 6.2.2, é facultado ao detentor requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I. comprovação de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata; e

II. demonstração, por meio de apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada da documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. O gerenciador analisará o pedido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

6.4.2. Mediante requerimento do detentor, o gerenciador poderá suspender as autorizações de consumo/adesão à ata de registro de preços durante o período de análise a que se refere o item 6.4.1, resguardando o atendimento às solicitações de consumo pretéritas.

6.4.3. Se não forem atendidos os requisitos previstos no caput, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o detentor da ata continuará obrigado a cumprir os compromissos assumidos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento, parcial ou integral, do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação aplicável.

6.4.4. Na hipótese de cancelamento do registro, nos termos do disposto no item 6.4.3, o gerenciador convocará os integrantes do cadastro de reserva.

6.4.5. Na hipótese de comprovação do disposto no item 6.4, o gerenciador revisará o preço registrado de acordo com a realidade do mercado, sem repercussão automática dos novos valores registrados sobre os contratos já firmados.

6.4.6. Caso o detentor não aceite os preços revisados no patamar estabelecido pelo gerenciador, o registro de preços será, parcial ou integralmente, cancelado e o detentor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.7. Na hipótese do item 6.4.6, o gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir os compromissos previstos na ata pelos preços revisados na forma do item 6.4.5.

6.5. Na hipótese do item 6.1.3, a nova proposta do detentor da ata para redução dos seus preços não repercutirá na ordem de preferência de lotes/itens espelhados, considerando os preços finais apresentados no certame.

6.6. Havendo alteração dos preços registrados, o detentor deverá apresentar nova proposta de preço e, quando for o caso, nova planilha de custos e formação de preço, seguindo o modelo original.





PMSRC
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6.6.1. As contratações decorrentes da ata observarão os novos valores pactuados.

6.7. Os preços registrados poderão ser reajustados, observados os marcos previstos na Lei 14.133/2021 e os índices previstos em Edital, a depender do objeto licitado.

6.7.1. Aplica-se a preclusão do direito ao reajustamento da ata quanto aos pedidos não apresentados ao gerenciador pela detentora até a data de formalização de eventual prorrogação da ata.

6.7.2. Na hipótese do item 6.7.1, os contratos formalizados posteriormente à prorrogação da ata somente poderão ser reajustados quando completada nova anualidade em relação à data do orçamento estimado da licitação.

6.7.3. Concedido o reajuste na ata, os contratos posteriores serão formalizados com o preço reajustado, independentemente de novo requerimento, e os futuros pedidos de reajustes devem ser apresentados junto ao órgão contratante, aplicadas as regras de anualidade e demais normas disciplinadas na minuta contratual.

6.7.4. Nos contratos firmados antes do reajustamento da ata, eventual pleito de reajuste deverá ser formulado pelo contratado e direcionado ao órgão ou entidade contratante.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 36 da IN SCL nº 007/2024 – Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal nº 7.874/2025 de 08 de outubro de 2025, deste Município.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada/corporativa, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 12 do Termo de Referência .

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

10.1. As condições de faturamento e do pagamento são as dispostas no item 9.1, do Termo de Referência .

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes do objeto do REGISTRO DE PREÇOS, ora licitado, correrão à conta das respectivas dotações orçamentária dos órgãos que da Ata se utilizar e serão especificadas no tempo da ordem de emissão do fornecimento ou da elaboração do contrato.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO**

12.1. As condições de execução e de recebimento são as dispostas no item 3.3 e 4.3, do Termo de Referência



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR E DO MUNICÍPIO**

13.1. As obrigações e as responsabilidades das partes são as dispostas no item 6.1 e 6.2, do Termo de Referência .

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

14.1. As condições de fiscalização e acompanhamento do fornecimento são as dispostas no item 7 Termo de Referência .

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Esta Ata de Registro de Preços fica vinculada aos termos do(s) processo(s) administrativo(s) nº 004413/2025 cuja realização decorre da autorização do Prefeito Municipal de São Roque do Canaã/ES, e ainda constituem parte integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores;
- b) Instrução Normativa nº 07/2024 – Versão 02 que dispõe sobre o procedimento auxiliar de sistema de registro de preço - SRP no âmbito do Poder Executivo Municipal de São Roque do Canaã/ES, e;
- c) Pregão Eletrônico nº XXXX-SRP e seus anexos.

15.2. Os casos e situações omissas serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Legislação constante do preâmbulo deste instrumento, regulado pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pela Lei Federal nº 14.133/21.

15.3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR reconhece os direitos do MUNICÍPIO, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

15.4. Todas as comunicações relativas à presente ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por e-mail oficial ou envio via correio por carta registrada, no endereço constante do preâmbulo deste Instrumento.

15.5. Não será admitida a subcontratação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

15.6. A Ata de Registro de Preços deverá ser publicada na Imprensa Oficial do Município, qual seja o Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo – DOM/ES, bem como deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, consoante art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

15.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Teresa/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

São Roque do Canaã/ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

**CONTRATANTE:**

**MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ/ES**  
**NOME DO PREFEITO**



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**PREFEITO MUNICIPAL**

---

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

**COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:**

---

**EMPRESA VENCEDORA**

Sr(o)(a)

**TESTEMUNHAS:**

1.

2.

---

Nome:  
CPF

---

Nome:  
CPF:



<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ANEXO I DA ARP Nº XX/20XX**  
**DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S), DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**  
**(ADJUDICATÁRIO DO CERTAME)**

Fornecedor (razão social, CNPJ)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

<b>PMSRC</b>
Proc.: 004413/2025
Fls.:
Ass.:

**ANEXO II - DA ARP Nº XX/20XX  
CADASTRO RESERVA**

**CADASTRO RESERVA PE 90010/2026 -  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 004413/2025**

Formalização de registro de preços para futura e eventual aquisição de MATERIAIS ESPORTIVOS, pelo período de 12 (doze) meses

**DATA DA LICITAÇÃO: 18/06/2026**

**ITEM 0X**

ITEM	DESCRIÇÃO			
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.			
CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA/CNPJ	UNID	QUANT	VALOR UNIT.
VENCEDOR	XXXXXX	UN		
1º LUGAR	XXXXXX	UN		
2º LUGAR	XXXXXX	UN		
3º LUGAR	XXXXXX	UN		

**Nota Explicativa:** Nos termos do art. 82, § 5º, VI da Lei nº 14.133/2021, é permitida a inclusão, inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.